



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E. P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 67/2021:

Aprova o Plano Anual de Contingência 2021-2022.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 67/2021

de 21 de Dezembro

Tornando-se necessário aprovar o Plano Anual de Contingência 2021-2022 que serve de base para o processo de mitigação e gestão de desastres, ao abrigo do disposto no artigo 31 da Lei n.º 10/2020, de 24 de Agosto, Lei que aprova o regime jurídico de Redução de Risco de Desastres, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. É aprovado o Plano Anual de Contingência 2021-2022, em anexo, que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 26 de Outubro de 2021.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Carlos Agostinho do Rosário*.

Plano Anual de Contingência 2021-2022

Sumário Executivo

Moçambique é um País exposto a vários riscos ¹, devido à sua localização geográfica e nível de pobreza. A elevada frequência,

alternância e intensidade de eventos extremos tem causado a interrupção do funcionamento normal da sociedade retardando os esforços nacionais para desenvolvimento socioeconómico sustentável.

O nosso País participou no 25º Fórum Regional de Previsão Climática para a África Austral (SARCOF), realizado nos dias 30 e 31 de Agosto de 2021, no Malawi, onde foram divulgadas as previsões climáticas sazonais para a época 2021-2022 na SADC.

Ao abrigo do disposto no artigo 31 da Lei n.º 10/2020 (Lei que estabelece o regime jurídico de Redução do Risco de Desastres), é elaborado o actual Plano Nacional de Contingência para responder aos riscos de desastres e mitigação dos seus impactos bem como assegurar, de forma coordenada, a assistência humanitária a eventuais vítimas e recuperação rápida, eficaz e eficiente a todos os níveis. A elaboração deste Plano de Contingência considerou como pressupostos, as previsões climáticas sazonais e sua interpretação para a Hidrologia, Agricultura e Saúde, para além de análise do comportamento da época chuvosa anterior, os factores de vulnerabilidade e a capacidade de contenção dos possíveis impactos.

As previsões climáticas para o trimestre Outubro/Novembro/Dezembro de 2021 indicam uma forte probabilidade de ocorrência *chuvas normais com tendência para acima do normal* para as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala e grande extensão da província de Tete e sul da província da Zambézia. *Chuvas normais* para os distritos a nordeste de Tete, centro e norte das províncias da Zambézia, parte ocidental de Niassa e sul a centro de Nampula; e *Chuvas normais, com tendência para abaixo do normal* em algumas partes dos distritos a sul e leste da província do Niassa, toda extensão da província de Cabo Delgado e os distritos a norte de Nampula.

Por seu turno, no trimestre Janeiro/Fevereiro/Março de 2022 prevê-se a ocorrência de *chuvas normais com tendência para acima do normal*: para as províncias de Tete, Zambézia, Manica, Sofala, parte sul a sudoeste de Niassa, sul de Cabo Delgado, grande extensão de Nampula, Inhambane e Gaza;

No mesmo período estão previstas *Chuvas normais*: para os distritos ao longo da faixa costeira de Nampula, alguns distritos de Niassa, parte central de Cabo Delgado, faixa costeira de Inhambane, alguns distritos a sul de Gaza e partes da província de Maputo; e *Chuvas normais com tendência para abaixo do normal*: para os distritos a norte de Cabo Delgado, faixa costeira de Gaza e partes da província de Maputo.

O prognóstico hidrológico, para o período de Outubro-Novembro-Dezembro de 2021 aponta para a probabilidade de (i) *Risco Baixo de Cheias* - Bacias Hidrográficas do: Inharrime,

¹ A Lei n.º 10/2020 (Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres), de 24 de Agosto, no seu Artigo 12, considera Riscos ou Ameaças os seguintes fenómenos: Cheias, inundações, seca, ciclones, incêndios, queimadas, epidemias e pandemias, erosão, aluimentos de terras, derrames de hidrocarbonetos, terramotos ou maremotos e radiações nucleares, entre outros.

Govuro, Save, Púngoe, Namacurra, Licungo, Ligonha, Meluli, Monapo, Lúrio, Mecuburi, Lugenda, Megaruma, Montepuez, Messalo e Bacias Costeiras das Províncias de Nampula e Cabo Delgado; e (ii) *Risco Moderado de Cheias* - Bacias Hidrográficas do: Maputo, Umbeluzi, Incomáti, Limpopo, Inhanombe, Mutamba, Búzi, Zambeze e Savane.

No período de Janeiro-Fevereiro-Março de 2022, prevê-se: (i) *Risco Baixo de Cheias* nas Bacias Hidrográficas do: Govuro, Melela, Molócue, Ligonha, Meluli, Monapo, Mecuburi, Rovuma (Sub-bacia do Lugenda), Bacias Costeiras das Província de Cabo Delgado e Nampula; (ii) *Risco Moderado de Cheias* nas Bacias Hidrográficas do: Futi, Inharrime, Inhanombe, Mutamba, Save, Zambeze, Namacurra, Megaruma, Montepuez, e Messalo; e *Risco Moderado a Alto de Cheias* nas Bacias de Maputo, Umbeluzi, Incomáti, Limpopo, Búzi, Púngoé, Savane e Licungo.

Espera-se igualmente que durante toda a época chuvosa possam ocorrer inundações urbanas em algumas Cidades e Vilas, com maior impacto sobre os bairros urbanos e periféricos de Maputo, Matola, Beira, Dondo, Quelimane, Cuamba e Pemba.

No que diz respeito a *satisfação das necessidades hídras para o desenvolvimento das culturas*, o Sector da Agricultura prevê que no trimestres Outubro-Novembro-Dezembro de 2021, a Região Norte (Cabo Delgado e Nampula) poderá registar um Índice Baixo (<60%), enquanto que Niassa, pequena faixa a oeste de Cabo Delgado e Nampula, até a faixa Sul de Nampula e Zambézia terão um Índice Moderado (60 à 85 %). Na Região Sul: Na faixa costeira a Sudeste de Inhambane e Sudoeste de Maputo, espera-se um Índice Moderado (60 à 85 %).

Para o período Janeiro-Fevereiro-Março de 2022, espera-se um Índice Moderado (60 à 85 %) na Região Sul (Províncias de Maputo e faixa Sul de Gaza).

O Sector de Saúde espera que o trimestre Outubro-Novembro-Dezembro de 2021 registe um *Risco Baixo* de Casos de Malária nas Províncias de Gaza e Inhambane; um *Risco Moderado* de casos de Malária na Cidade e Províncias de Maputo, Norte de Sofala, Manica, Tete, Norte de Nampula e Sul de Cabo Delgado e Niassa; e *Risco Alto* de casos de Malária na província de Nampula, Norte da Zambézia e Centro de Tete.

Para o período Janeiro-Fevereiro-Março de 2022, espera-se um *Risco Alto* de casos de Malária na Província de Nampula, e Norte da Zambézia; e um *Risco Moderado* de casos de Malária na Cidade e província de Maputo, Gaza, Zambézia, Tete, sul de Cabo Delgado e Niassa.

A análise dos riscos a que o País está exposto, foi baseada análise das principais ameaças, dos elementos de vulnerabilidades e da capacidade do País conter o risco. Assim, foram desenhados cenários de população em risco nos seguintes termos:

Cenário I – Um total de 953.087 pessoas em risco de serem afectadas por ventos fortes, seca e inundações nas cidades e vilas.

Cenário II – Fenómenos do Cenário I (ventos fortes, seca e inundações nas cidades e vilas) adicionados a ocorrência de cheias de magnitude alta e ciclones, elevando para **1.498.384**, o número de pessoas em risco.

Cenário III - Combinação do Cenário II acrescido a ocorrência de sismos, totalizando **1.578.085** o número de pessoas em risco.

Com base nas análises técnicas feitas, associadas as experiências dos anos anteriores, chegou-se a conclusão de que

o **Cenário II** é o mais provável de ocorrer no País sem, contudo, descartar a possibilidade de ocorrência do cenário extremo. Outros aspectos a ter em conta, na época 2021-2022 são (i) a situação da insegurança alimentar e nutricional que afecta cerca de 110.090 pessoas que necessitam de assistência imediata em bens alimentares, (ii) a pandemia da COVID-19 que o País está a gerir desde Março de 2020 e a (iii) situação dos insurgentes e ataques armados em Cabo Delgado e na zona centro que provocaram o deslocamento de cerca de **863 mil pessoas**.

O Orçamento Global projectado para responder aos eventos previstos no **Cenário II**, incluindo a Monitoria, Logística, Manuseamento e Transporte de bens para Assistência Humanitária é de cerca **10.00 mil milhões** de meticais.

A sistematização de todos os esforços do Governo e parceiros de cooperação, monetária e em espécie., está avaliada em cerca de **2.2 mil milhões** de meticais. Assim, o Défice do presente Plano Anual de Contingência é de cerca de cerca de **7.7 mil milhões** de meticais.

1. Introdução

O Plano Anual de Contingência é o documento oficial do Governo de Moçambique que serve de base para gerir o risco de desastres, assegurar a assistência humanitária e recuperação rápida, eficaz e eficiente, a todos os níveis, durante a época chuvosa e ciclónica. Este documento é elaborado anualmente pelo Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres (CTGRRD) ², com o envolvimento da Equipa Humanitária Nacional (HCT) ³. Os pressupostos para a elaboração do Plano de Contingência são: o balanço da época chuvosa anterior, a previsão climática sazonal ⁴ e a sua interpretação para a Hidrologia, Agricultura e Saúde, os dados sismológicos, os impactos da acção humana e outras informações e a probabilidade de ocorrência de emergências complexas.

O Plano de Contingência para a época 2021-2022 tem como objectivos gerir e responder a diversas situações que possam ocorrer durante a época chuvosa e ciclónica, incluindo a probabilidade de ocorrência de sismos, bem como a gestão da situação da pandemia da COVID 19 e de deslocados internos derivados dos ataques armados em Cabo Delgado e na zona centro do País. Neste sentido, este Plano Anual de Contingência destaca os seguintes aspectos:

- a) Principais perigos susceptíveis de causar situações de emergência;
- b) População em risco;
- c) Actividades sectoriais de prontidão, resposta e recuperação;
- d) Recursos materiais e financeiros necessários e disponíveis, incluindo os que se encontram sob gestão da Equipa Humanitária Nacional.

O Plano de Contingência é elaborado em moldes descentralizado a partir de dados colhidos e sistematizados a nível distrital e provincial. A globalização dos dados para o PC nacional é feita pelo Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres, nível central, num processo que culmina com a sua aprovação pelo Conselho de Ministros.

² Integram o CTGRRD sectores ou instituições do Governo ligadas a prevenção, gestão e redução do risco de desastres

³ A HCT é constituída pelas Agências do Sistema das Nações Unidas e Organizações da Sociedade Civil que trabalham na área de redução do Risco de Desastres.

⁴ A previsão Climática Sazonal é feita anualmente em Agosto pelo Fórum Regional da África Austral para a Previsão Climática (SARCOF) e mostra a provável distribuição espacial da quantidade e queda de chuvas na SADC entre os meses de Outubro e Março.

2. Balanço da Época Chuvosa 2020-2021 em Moçambique

2.1 Balanço da Situação Meteorológica na época 2020-2021

A época chuvosa 2020-2021, no geral, foi caracterizada pelo início da tardio da queda de chuvas em todo o país e pela formação de sistemas tropicais (Depressões e Ciclones), alguns das quais com impacto significativo na zona costeira Moçambicana.

O trimestre, Outubro, Novembro e Dezembro de 2020 registou chuvas abaixo do normal (menos de 40 % das chuvas esperadas em igual período da época anterior) nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, grande extensão das províncias de Niassa e Maputo e parte dos distritos a sul de Tete, norte de Manica e Sofala.

Por seu turno, o trimestre de Janeiro, Fevereiro, Março de 2021 registou chuvas abaixo do normal na grande extensão das províncias de Cabo Delgado, Nampula e Tete, parte dos distritos da província da Zambézia e a Norte de Manica e Sofala, enquanto que na zona sul, grande parte dos distritos de Manica, Sofala e Niassa ocorreram chuvas acima do normal climatológico.

Em toda a época em análise, formaram-se de oito (08) sistemas tropicais na bacia do Sudoeste do indico (Depressões e Ciclones) dos 9 a 12 previstos. No mês de Dezembro formou-se a tempestade tropical moderada Chalane que afectou as províncias de Sofala e Manica. No mês de Janeiro formou-se o ciclone tropical Eloise que afectou as províncias da Zambézia, Sofala, Manica e Inhambane e finalmente no mês de Fevereiro formou-se o ciclone Guambe que afectou as províncias de Manica, Gaza e Inhambane. Todos estes sistemas trouxeram consigo ventos fortes e chuvas intensas acompanhadas por trovoadas severas. Os efeitos associados causaram inundações em algumas zonas do País.

2.2. Avaliação do quadro hidrológico 2020-2021

As previsões climáticas para o período de Outubro, Novembro e Dezembro do ano 2020 indicavam a probabilidade de ocorrência de *cheias de Risco Baixo* nas bacias hidrográficas dos rios Limpopo, Inharrime, Govuro, Save, Zambeze, Ligonha, Lúrio, Lugenda, Megaruma, Umbeluzi-Principal; *Risco Moderado* para as bacias hidrográficas do Maputo, Umbelúzi-Movene, Incomáti, Mutamba, Inhanombe, Búzi, Púnguè e Licungo; e *Risco Moderado a Alto* na bacia hidrográfica do rio Savane.

O balanço da época chuvosa indicou que o período Outubro, Novembro e Dezembro de 2020 foi caracterizado pelo registo de níveis *Abaixo do Alerta* em quase toda a rede de observação hidrométrica do Sistema de Aviso de Cheias (SAC) excepto, nas bacias hidrográficas do Limpopo, Búzi, Púnguè, Zambeze e Licungo que superaram o nível de *Alerta* no mês de Dezembro de 2020.

Por outro lado, no mesmo período registaram-se inundações urbanas nas cidades de Maputo, Matola, Beira, Quelimane e Pemba;

Para o período de Janeiro, Fevereiro e Março/2021 do ano 2021, as previsões indicavam a probabilidade de ocorrência de cheias de *Risco Alto* nas bacias hidrográficas dos rios Savane, Namacurra, Licungo e Raraga.

O período Janeiro, Fevereiro e Março/2021 de 2021 foi caracterizado por registo de *Cheias de Magnitude Moderada* nas

bacias hidrográficas do Maputo, Umbeluzi, Incomáti, Limpopo, Zambeze e Rovuma. Cheias de Magnitude Moderada à alta nas bacias hidrográficas do Save, Búzi, Púnguè, Megaruma, Montepuez e Messalo.

No mesmo período, registaram-se inundações urbanas de Magnitude Moderada à Alta nas cidades de Maputo, Matola, Beira, Nacala Porto e Pemba.

2.3. Avaliação Geral da Campanha Agrícola 2020/21

A campanha agrária 2020-2021, registou a perda de 650 881 hectares com culturas diversas, tendo afectado a 296 mil produtores, em 87 distritos.

No sector da pecuária, ficaram afectados 46.281 animais, dos quais 9749 morreram e 48 pavilhões de produção de frango de corte ficaram danificados.

2.4. Situação Epidemiológica durante a época 2020/2021

No primeiro trimestre Outubro, Novembro e Dezembro/2020 foi registada a ocorrência de casos de diarreias, caso de malária e cólera. No total foram registados 145.568 casos diarreias e 103 óbitos. Quanto a malária foram registados 1.724.578 casos e 103 óbitos. A taxa de letalidade foi de 0.05% para as diarreias e de 0.01% para a malária.

No período de Janeiro, Fevereiro e Março/2021, foram registados um total de 153.554 casos de diarreia e 138 óbitos (taxa de letalidade de 0,07) e um total de 1.906.952 casos de malária e 143 óbitos (taxa de letalidade de 0.01 %).

Para a situação da cólera, o país registou no primeiro período de Outubro, Novembro e Dezembro/2020, um total de 867 casos e 08 Óbitos com uma taxa de letalidade de 0.9. No período de Janeiro, Fevereiro e Março/2021, registou-se um total de 3923 casos e 10 foram óbitos com uma taxa de letalidade de 0.3%, nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado e Tete.

2.5. Impacto dos eventos extremos registados na época chuvosa e ciclónica 2020-2021

As chuvas, ventos fortes e descargas atmosféricas registadas na época chuvosa e ciclónica 2020-2021 provocaram 104 óbitos e afectaram 691.312 pessoas. Ficaram destruídas de 37.816 casas, 319 fontes de água, 11 sistemas de abastecimento de água, 4.079 km de estrada, 155 aquedutos, 1084 postes de energia, 2295 escolas, 4 180 salas de aula, afectando 443.510 alunos e 10.167 professores

2.6. Nível de Resposta na época 2020-2021

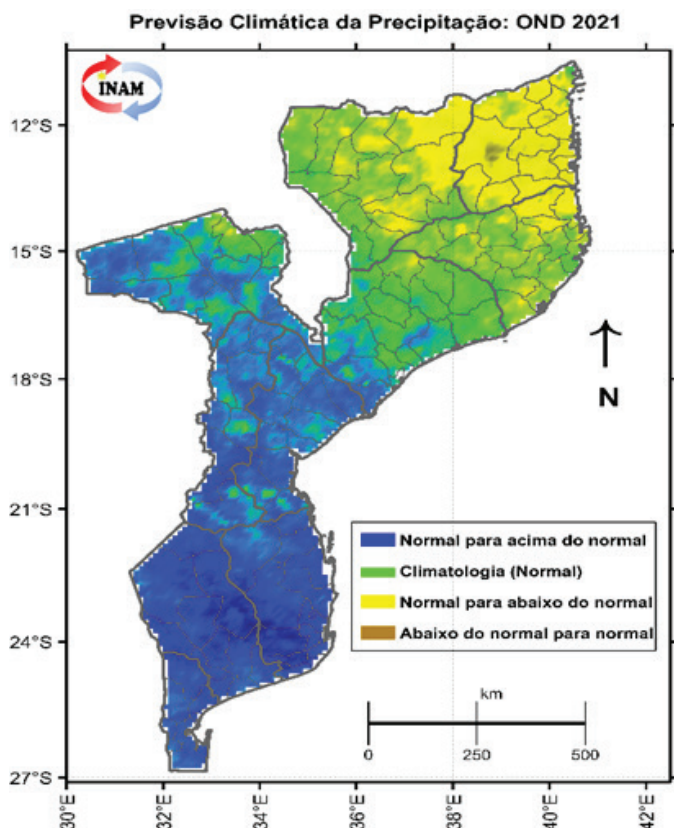
O Governo prestou assistência aos deslocados internos e as vítimas da COVID 19, além da assistência às pessoas afectadas pelas intempéries de origem natural. Assim, No período em referência, foram distribuídos bens alimentares e não alimentares para cerca de 900 mil pessoas entre os afectados pelas intempéries e deslocados internos.

Considerando que o Plano de Contingência previa, no cenário II, um orçamento de cerca de 7.2 mil milhões de meticais, e as contribuições do Governo e parceiros (monetárias e em espécie) cobriram cerca de 2.7 Mil Milhões de meticais, o défice de cobertura do PC até Junho de 2021 era de cerca de 4.5 Mil Milhões de meticais.

3. Previsão Climática Sazonal 2021/2022 e Interpretação Para Hidrologia, Agricultura e Saúde

3.1. Previsão da Precipitação para o Período de Outubro 2021 à Março de 2022

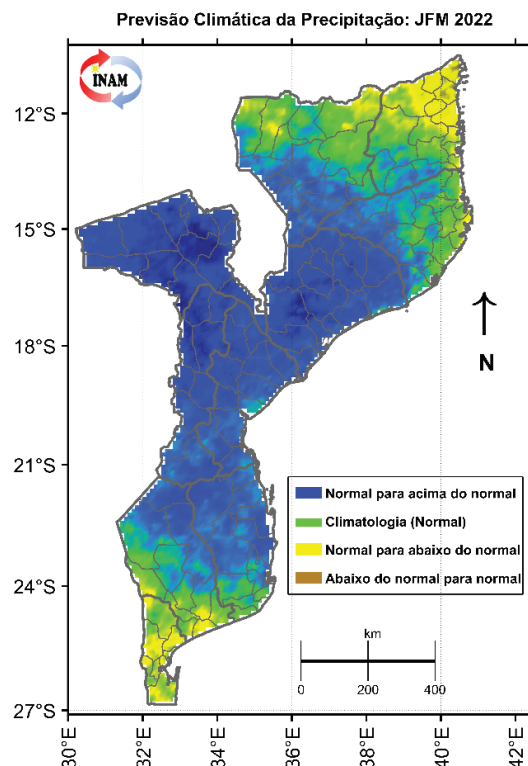
Para o trimestre Outubro-Novembro-Dezembro (OND) de 2021, o INAM prevê a ocorrência de:



- i. **Chuvas normais, com tendência para acima do normal:** para as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala e grande extensão da província de Tete e os distritos a sul da província da Zambézia.
- ii. **Chuvas normais:** para os distritos a nordeste de Tete, centro e norte das províncias da Zambézia, parte ocidental de Niassa e sul a centro de Nampula;

- iii. **Chuvas normais, com tendência para abaixo do normal:** parte dos distritos a sul e leste da província do Niassa, toda extensão da província de Cabo Delgado e os distritos a norte de Nampula.

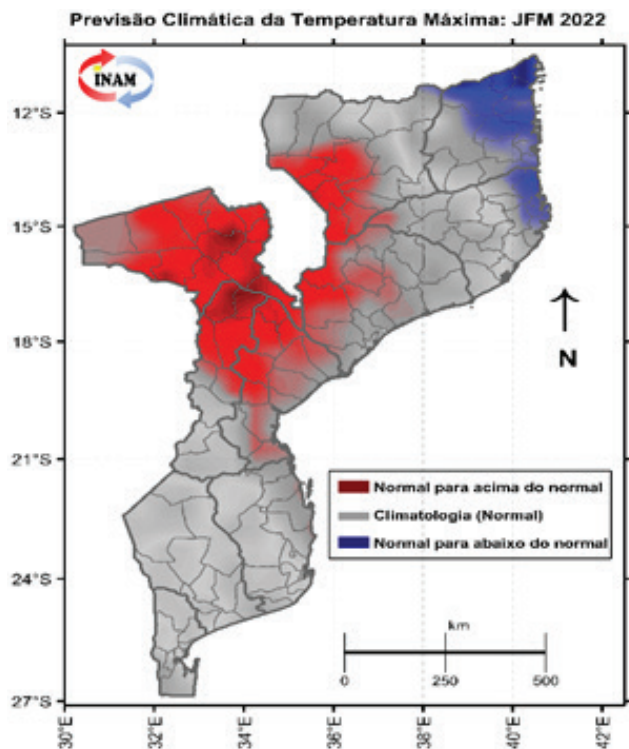
Figura 1: Antevisão da precipitação para o período OND 2021



Para o período Janeiro-Fevereiro-Março de 2022 (JFM) prevê-se:

- i. **Chuvas normais com tendência, para acima do normal:** para as províncias de Tete, Zambézia, Manica, Sofala, parte sul a sudoeste de Niassa, sul de Cabo Delgado, grande extensão de Nampula, Inhambane e Gaza;
- ii. **Chuvas normais:** para os distritos ao longo da faixa costeira de Nampula, alguns distritos de Niassa, parte central de Cabo Delgado, faixa costeira de Inhambane, alguns distritos a sul de Gaza e partes da província de Maputo;
- iii. **Chuvas normais com tendência para abaixo do normal:** para os distritos a norte de Cabo Delgado, faixa costeira de Gaza e partes da província de Maputo.

Figura 2: Antevisão da precipitação para o período JFM - 2022

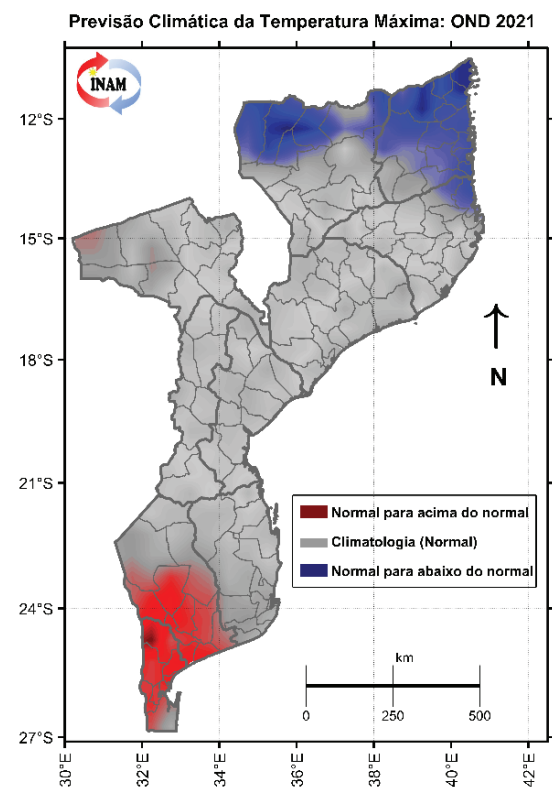


3.1.1. Antevisão Climática para Temperatura Máxima em Moçambique

Para o período **Outubro-Novembro-Dezembro (OND)** de 2021, há uma maior probabilidade de ocorrência de:

- Temperatura normal com tendência para abaixo do normal** para os distritos a noroeste da província de Niassa e grande extensão de Cabo Delgado e o extremo nordeste de Nampula.
- Temperatura normal** para os distritos da parte central a sul de Niassa, as províncias de Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane e os distritos a norte da província de Gaza.
- Temperatura normal com tendência para acima do normal** nos distritos a sul da província de Gaza e a província de Maputo.

Figura 3: Antevisão da Temperatura para o período OND 2021



Para o período **Janeiro-Fevereiro-Março (JFM)** de 2022 (Figura 12), há uma maior probabilidade de ocorrência de:

- Temperatura normal com tendência para abaixo do normal** a norte da província de Cabo Delgado e nordeste de Nampula.
- Temperatura normal** nos distritos centrais e sul de Cabo Delgado, norte a sudeste de Niassa, a maioria dos distritos da província de Nampula, os distritos a norte e faixa costeira da província da Zambézia, faixa costeira da província de Sofala, os distritos centrais a sul de Manica, as províncias de Inhambane, Gaza e Maputo.
- Temperatura normal com tendência para acima do normal** nos distritos a sudoeste de Niassa, centro a sudoeste da Zambézia, a província de Tete, os distritos centrais e norte de Manica e Sofala.

Figura 4: Antevisão da Temperatura para o período JFM-2022.

3.2. Previsão Hidrológica 2021/2022

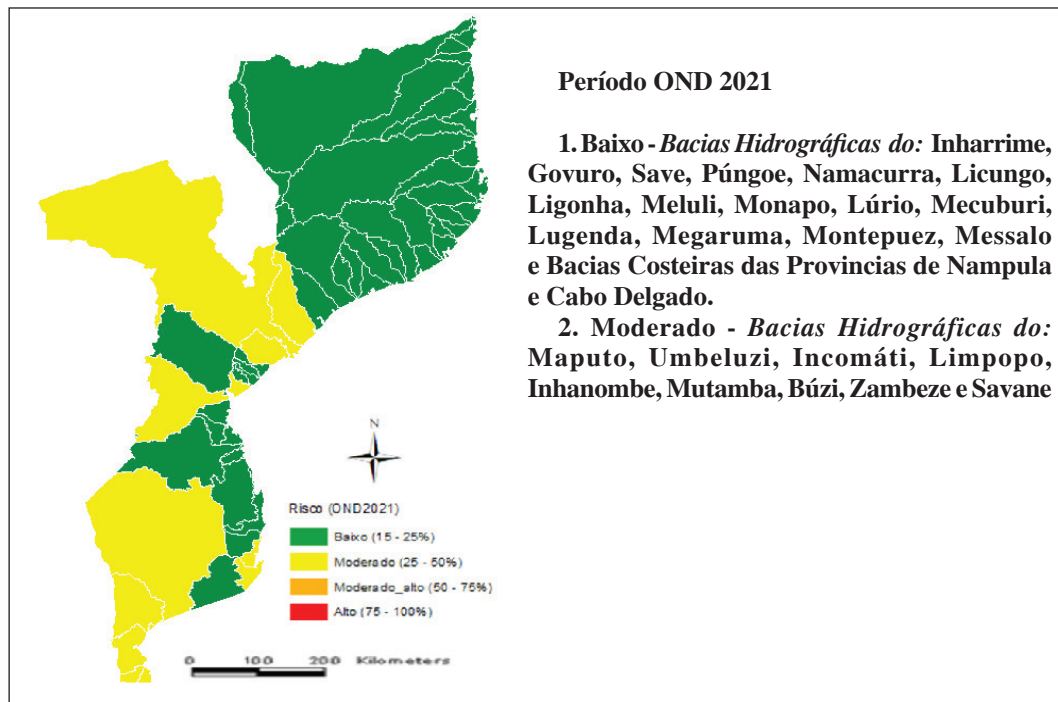


Figura 5: Previsão Hidrológica para OND2021

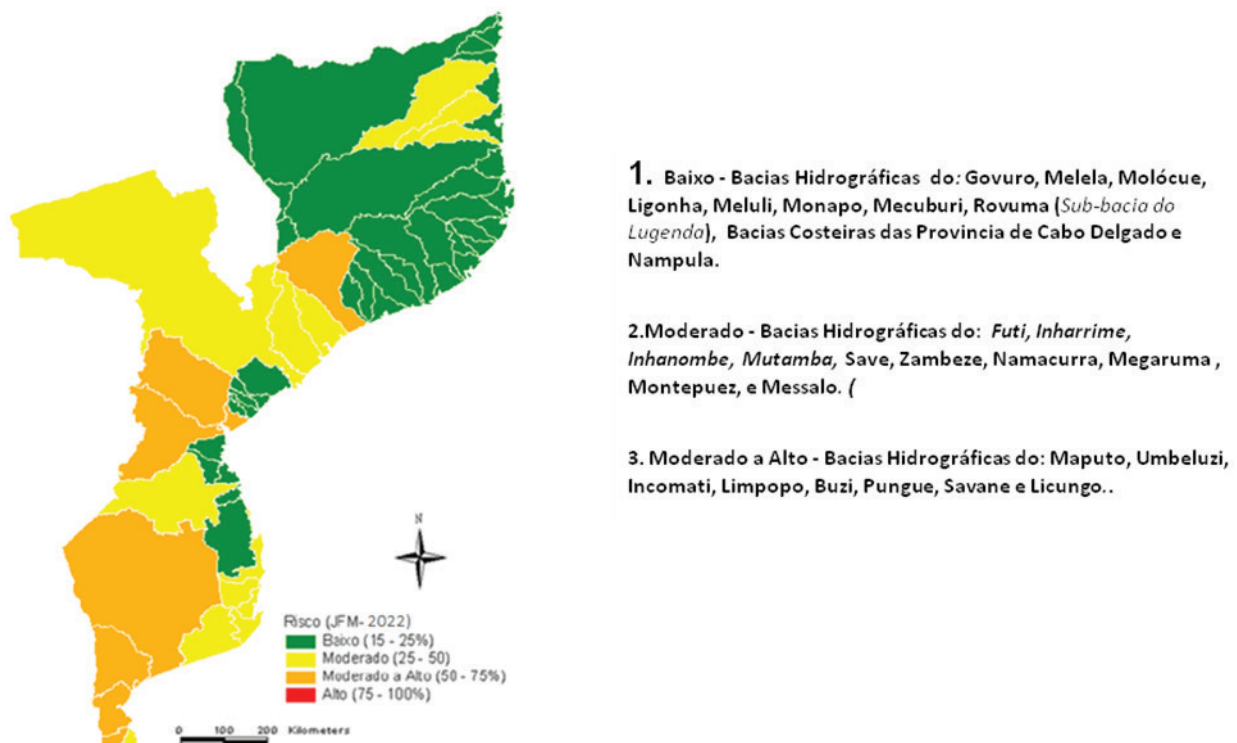


Figura 6: Previsão Hidrológica para JFM2022

3.2.1. Risco de Inundações Urbanas- OND-2021 & JFM-2022

As inundações constituem uma ameaça para as cidades moçambicanas, particularmente as densamente habitadas, e onde os sistemas de drenagem funcionam com alguma deficiência. Algumas Cidades e Vilas susceptíveis de serem afectadas pelas inundações urbanas estão alistadas na tabela 1.

Tabela 1: Cidades e Vilas vulneráveis a inundações por região

Regiões	Sul	Centro	Norte
Vilas e Cidades Vulneráveis a inundações	Xai-Xai Chókwe Xinavane Ilha Josina Machel Maputo Cidade Cidade de Inhambane Nova Mambone	Zumbo Mutarara Beira Quelimane Dondo Búzi Marromeu Caia Machanga Mopeia Morrumbala Maganja da Costa	Nacala Porto Cuamba Lichinga

Para o controlo e gestão de inundações urbanas, para o ano 2021-2022 foram elaborados mapas de risco de inundação para as cidades de Maputo, Matola, Beira, Quelimane e Pemba, tendo em conta o grau de vulnerabilidade e os seguintes pressupostos: (i) Interpretação quantitativa das previsões do SARCOF e do INAM, (ii) Topografia do terreno e (iii) Existência de infra-estruturas de drenagem.

No ano hidrológico 2021-2022 prevê-se a ocorrência de inundações urbanas de **Risco Alto**, nas cidades de (i) **Maputo**: Costa do Sol, Polana Caniço A e B, Central C, parte de Malanga, Chamanculo B e C, Luís Cabral, Micajuine, Mafalala, Urbanização, Xipamanine, parte de Jorge Dimetrov; (ii) **Matola**: Trevo, Matola, AC,D e F, Fomento, parte de Tsalala, Vale de Infulene, Machava A e Liberdade, Mussumbuluco, parte de Km15, Nkobe, Parte de Malhampsene; (iii) **Beira**: Induda, Manga Mascarrenha, Vaz, Munhava, Macurrungo, Chipangara, Chaimite, Maraza, Nhangau e Tchondja; (iv) **Quelimane**: Aeroporto, Santágua, Cança, Samugue, Manhaua, Brandão, Mincajuine, Vila Pita, Torrone; e (v) **Pemba**: Chuiba, Eduardo Mondlane, Natite, Ingonane, Paquetequete e Sul e Norte de Carioca.

3.3. Interpretação da Previsão da Época Chuvosa 2021-2022 para Agricultura

i) Período de Outubro-Novembro-Dezembro (OND-2021) Índice de Satisfação Hídrica das Culturas (ISNH) - Período de OND-2021

a) **Região Norte**: Províncias de Cabo Delgado e Nampula espera-se ISNH Baixo (<60%). ISNH moderado (60 à 85 %) em Niassa uma pequena faixa a oeste de C. Delgado e Nampula, ate a faixa Sul de Nampula.

b) **Região Centro**: Nas províncias de Manica, Sofala, Tete, e numa pequena faixa a oeste da Zambézia espera-se ISNH Alto (85 a 100%). A província da Zambézia espera um ISNH moderado (60 -85%).

c) **Região Sul**: Nas províncias de Gaza, Inhambane e Maputo espera-se ISNH Alto (85-100%), e um ISNH Moderado (60-85%), na faixa costeira a Sudeste de Inhambane e Sudoeste de Maputo.

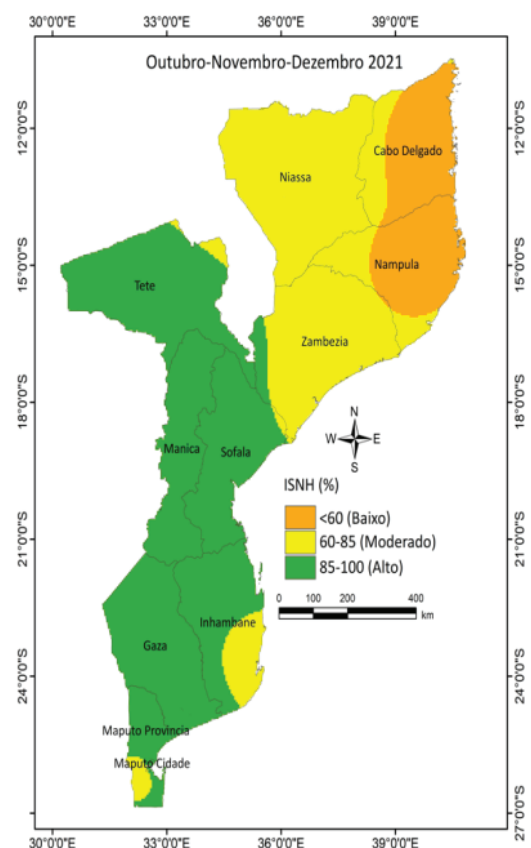


Figura 7: Previsão de ISNH - OND - 2021

ii) Período de Janeiro-Fevereiro-Março (JFM-2022) - ISNH

d) Regiões Norte e Centro: Nas províncias do Norte do país Niassa, Nampula e Cabo Delgado e Centro Tete, Zambézia, Manica, Sofala espera-se o ISNH alto (85 à 100%).

e) Região Sul: Em geral nas províncias de Gaza e Inhambane, espera-se o ISNH Alto (85-100%). Em toda a província de Maputo, e na faixa Sul de Gaza com ISNH Moderado (60-85%).

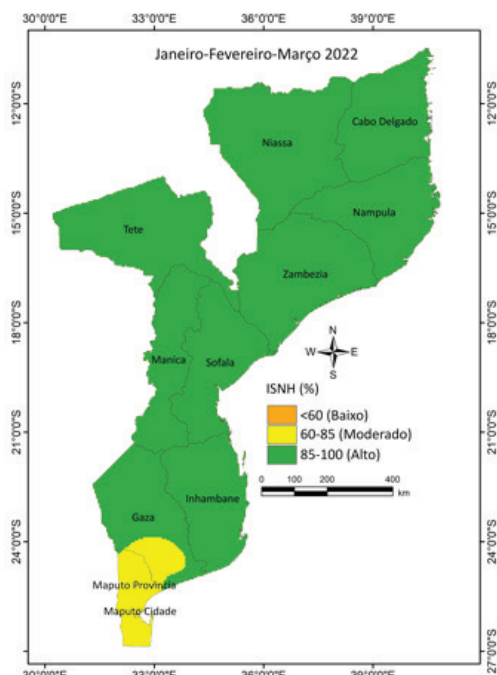


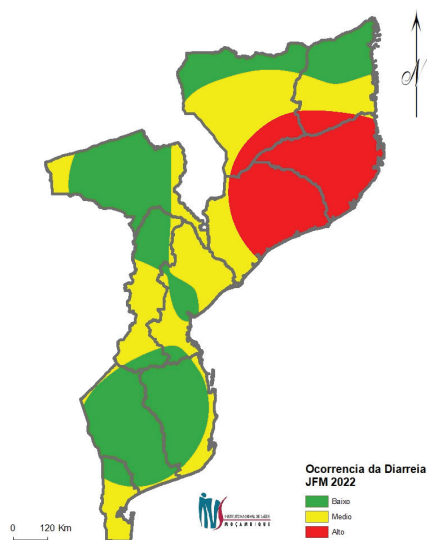
Figura 8: Previsão de ISNH- JFM – 2022

3.4. Interpretação da previsão da época chuvosa 2021/2022 na Saúde

3.4.1 No que tange a Malária, espera-se:

i) Período de Outubro-Novembro-Dezembro (OND) de 2021:

- **Região sul:** risco moderado na Cidade e província de Maputo
- **Região centro:** risco moderado no norte de Sofala, Manica e Tete e alto risco no norte da Zambézia e região central de Tete.



- **Região norte:** alto risco na província de Nampula e moderado no norte de Nampula e sul de Cabo Delgado e Niassa.

ii) Período Janeiro-Fevereiro-Março (JFM) de 2022:

- **Região sul:** risco moderado nas províncias de Maputo, Gaza e Cidade de Maputo.
- **Região centro:** risco moderado na província da Zambézia e Tete, e alto risco no norte da Zambézia.
- **Região norte:** risco moderado no sul de Cabo Delgado e Niassa e alto risco na província de Nampula.

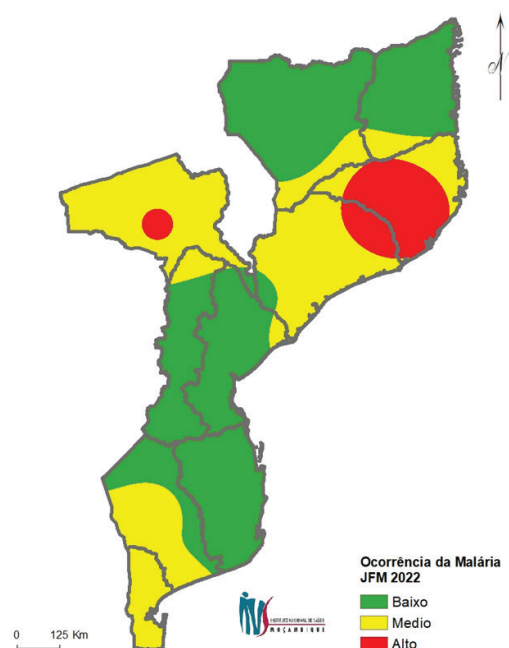


Figura 9: Interpretação para a saúde (malária)

3.4.2 Previsão de ocorrência de caso de diarreias:

i) Período Outubro-Novembro-Dezembro (OND) 2021:

- Região sul: risco baixo em toda região.
- Região centro: risco moderado no sul da província da Zambézia.
- Região norte: risco moderado no norte da província da Nampula e sul das províncias de Cabo Delgado e Niassa; e alto risco na província de Nampula.

ii) Para o período Janeiro-Fevereiro-Março (JFM) 2022, prevê-se:

- **Região sul:** risco moderado na Cidade de Maputo e província de Maputo e litoral da província de Inhambane.
- **Região Centro:** risco moderado no centro da província de Manica, norte de Sofala, sul da Zambézia e este de Tete.
- **Região norte:** risco moderado no centro de Cabo Delgado e Niassa e alto risco em Nampula.

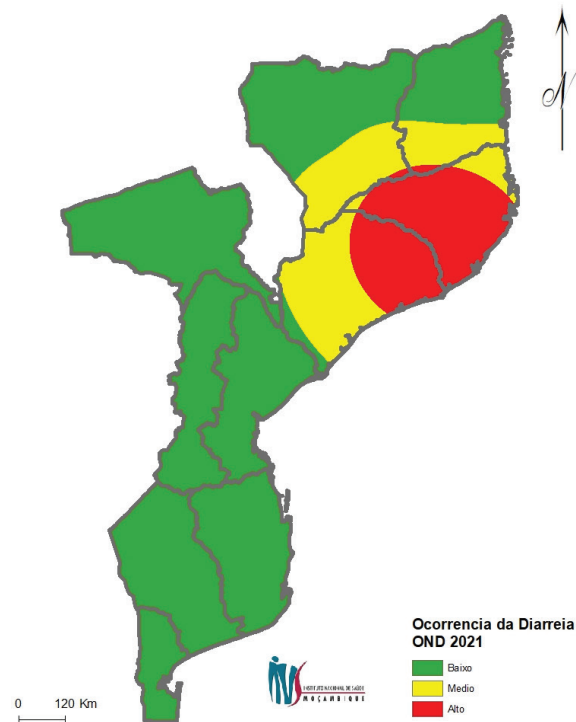


Figura 10: Interpretação para a saúde (diarreias)

4. Análise do Risco De Desastres

4. 1 Principais Riscos ou Ameaças

A previsão climática sazonal para a época chuvosa e ciclónica 2021/2022 indica que, no geral, há uma previsão de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal em todo o País, o que poderá resultar em inundações urbanas em algumas cidades e vilas. Igualmente, a intensidade das chuvas previstas poderá causar cheias em regime moderado ou moderado a alto nas bacias de Maputo, Umbeluzi, Incomati, Mutamba, Inhanambe, Buzi, Pungoé, Namacurra, Licungo, Raraga, Savane. Adicionalmente, poderão ocorrer vendavais, descargas atmosféricas e ciclones tropicais.

A eclosão de epidemias, doenças de origem hídrica (com surtos de diarreias, cólera e malária), pragas e bolsas de seca e insegurança alimentar e nutricional (sobretudo nas zonas áridas e semiáridas), são outros factores a ter em conta durante toda a época chuvosa. Adicionalmente, a possível progressão de casos da COVID-19 poderá influenciar directa ou indirectamente o sistema de gestão e redução do risco de desastres durante a presente época.

4. 2 Factores de Vulnerabilidade

Os principais factores de vulnerabilidade às ameaças acima identificadas, são:

- Insuficiência de infraestruturas para o controlo e gestão do fluxo de escoamentos de água de montante, sobretudo provenientes de nove rios internacionais;
- Existência de zonas áridas e semiáridas com aglomerados populacionais dispersos e limitado acesso a recursos hídricos;
- Longa extensão do território nacional localizada na zona de convergência intertropical, com limitada capacidade de contenção ou resiliência humana e infraestrutural ao impacto das depressões ou ciclones tropicais;
- Existência de zonas sísmicas activas com elevados aglomerados populacionais sem conhecimento do risco a que estão sujeitos;

- Implantação de infraestruturas públicas, privadas, sociais e assentamento humanos em zonas de risco ou ameaças (descritas no artigo 12 da Lei n.º 10/2020 de 24 de Agosto) sem observância de padrões técnicos de segurança;
- Insuficiente preparação do País e dos seus cidadãos para enfrentarem eficazmente o risco de desastres na dimensão actual;
- Fraca capacidade de adaptação das comunidades, associado ao rápido crescimento demográfico e ocupação desordenada de zonas naturais de escoamento e de retenção temporária das águas das cheias;
- Insuficiente implementação dos instrumentos de planeamento e ordenamento territorial;
- Falta de áreas demarcadas e reservadas a inundações em situação de cheias;
- Ineficiente implementação de medidas de redução do risco e aumento da resiliência nas infraestruturas públicas;
- Existência de pontes chave não rehabilitadas;
- Degradação dos diques de protecção ao longo das bacias mais vulneráveis a cheias;
- Instabilidade social devido a acção do insurgente na Província de Cabo Delgado e ataques armados na zona centro do país.
- A prevalência da pandemia da COVID-19.

4. 3. Factores de Contenção

A necessidade de adopção de medidas de redução de risco de desastres em Moçambique é contextual e de carácter socioeconómico imperativo devido aos múltiplos e recorrentes choques que afectam o país, por um lado. Por outro, a integração de medidas de gestão e redução de risco de desastres nas principais Políticas Públicas como o Programa Quinquenal do Governo 2019-2024 e o Plano Director para Redução do Risco de Desastres 2017-2030 refletem os avanços e firmeza do Governo nesta direcção.

Abaixo apresentam-se as principais medidas e acções (implementadas e em curso) que concorrem para a redução da vulnerabilidade:

- a) Melhorado o acesso à informação hidro-meteorológica e garantia da emissão de avisos e alertas com maior precisão e confiabilidade sobre a iminência de perigos, em tempo quase real para a tomada de decisão operacional a vários níveis.
- b) Desenvolvido um sistema de previsão de cheias/inundações e modelos de monitoria e previsão de ciclones e secas hidrológicas com foco para as bacias hidrográficas, propensas as cheia e inundações.
- c) Instalados sensores de alerta nas comunidades mais propensas aos eventos extremos.
- d) Operacionalizada a rede de estações do sistema de aviso de cheias, entre elas 30 pluviométricas e 33 hidrométricas, para a monitoria hidrológica.
- e) Operacionalizado um Sistema de Aviso de cheias, baseado nas comunidades, que abarca 30 estações hidro-meteorológicas em 5 bacias hidrográficas (Limpopo, Save, Búzi, Licungo e Messalo) e que é gerido por 127 Comitês Locais de Gestão e Redução do Risco de Desastres,
- f) Operacionalização de 100 rádios comunitárias que usam línguas locais para a divulgação de mensagens sobre as medidas preventivas sobre a probabilidade de ocorrência de eventos extremos;
- g) Capacitação contínua das comunidades através da criação e revitalização de Comitês Locais de Gestão e Redução do Risco de Desastres em locais mais propensos a eventos extremos;
- h) Fortalecidos sistemas de gestão de informação e comunicação, com recurso a tecnologias modernas de informação e comunicação;
- i) Disponibilidade de veículos aéreos não tripulados, drones, usados para avaliação rápida do impacto do desastre assim como mapeamento das zonas de risco.

- j) Realizadas actividades de controlo de focos de infecção de cólera;
- k) Realizadas campanhas de saúde e nutrição para o rastreio de crianças em situação de desnutrição aguda, suplementação com Vitamina A, desparasitação, vacinação e tratamento das doenças mais frequentes na infância;
- l) Realização de campanhas de vacinação da contra a COVID 19 e implementação de medidas para a contenção do alastramento da pandemia.

4.4. Cenários

Tomando como base as previsões as previsões climáticas sazonais para a região e a sua interpretação para o contexto nacional nas componentes de meteorologia, hidrologia, agricultura e saúde, foram desenvolvidos três possíveis cenários de população em risco descritos abaixo.

4.5. Cenário I

O Cenário I é composto por ameaças localizadas de pequena magnitude e curta duração, mas com impacto sobre as comunidades mais vulneráveis. As possíveis ameaças que fazem parte deste cenário são (i) Ventos Fortes, (ii) Inundações localizadas nas Vilas e Cidades e (iii) Seca. Prognostica-se que, durante a época chuvosa e ciclónica 2021-2022, estas ameaças possam ocorrer em diferentes regiões do País. Em algumas situações há possibilidade de ocorrência de descargas atmosféricas. As previsões indicam que as inundações urbanas poderão ter maior incidência sobre as cidades de Maputo, Matola, Beira, Dondo, Quelimane, Cuamba e Pemba.

Igualmente, espera-se a ocorrência de estiagem/*stress* hídrico, sobretudo nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Tete, colocando em risco o desenvolvimento das culturas.

Deste modo, Neste contexto, estima-se que **953.087** pessoas possam vir a ser afectadas por ventos fortes, inundações e seca - **ver tabela 2.**

Tabela 2: Províncias e Estimativas da População em Risco no Cenário I

Províncias	População em Risco			
	Ventos fortes	Inundações (Cidades e Vilas)	Seca	Total do Cenário I
Cabo Delgado	28 500	4 820	0	33 320
Niassa	10 002	800	0	10 802
Nampula	7 508	2 775	0	10 283
Zambézia	28 347	16 651	20 632	65 630
Tete	15 326	7 690	134 956	157 972
Manica	19 741	10 342	24 659	54 742
Sofala	25 284	35 954	90 000	151 238
Inhambane	63 489	37 278	123 726	224 493
Gaza	21 173	14 328	135 887	171 388
Maputo Província	16 073	13 009	32 637	61 719
Maputo Cidade	1 014	10 143	343	11 500
Total	236 457	153 790	562 840	953 087

4.4.1. Cenário II

O Cenário II é a combinação das ameaças do Cenário I (ventos fortes, inundações localizadas nas Vilas e Cidades e Seca) com a probabilidade de ocorrência de cheias e ciclones. Neste cenário estima-se que **1.498.384** pessoas possam estar em risco, das quais **304.532** em risco de cheias e **240.765** pessoas em risco de ciclones – **Ver Tabela 3.**

Estima-se que as consequências do Ciclones possam ter impactos diminutos nas províncias de Gaza e Maputo (incluindo

Cidade) apresentam um risco baixo de serem afectados por ciclones tropicais devido a sua localização.

As bacias hidrográficas de Maputo, Umbelúzi (Província de Maputo), Limpopo (Província de Gaza, Búzi, Pungue e Savane (Províncias de Sofala e Manica) e Licungo (província da Zambézia) mostram-se com maior probabilidade de registarem cheias.

Tabela 3: Cenário II - População em Risco

Províncias	Cenário I	Risco de cheias	Risco de ciclones	Total do Cenário II
Cabo Delgado	33 320	28 854	24 900	87 074
Niassa	10 802	11 075	0	21 877
Nampula	10 283	4 495	38 575	53 353
Zambézia	65 630	36 096	22 790	124 516
Tete	157 972	9 850	0	167 822
Manica	54 742	21 645	15 645	92 032
Sofala	151 238	74 486	69 706	295 430
Inhambane	224 493	7 070	58 371	289 934
Gaza	171 388	83 831	1 000	256 219
Maputo Província	61 719	27 130	3 646	92 495
Maputo Cidade	11 500	0	6 132	17 632
Total	953 087	304 532	240 765	1 498 384

4.4.2. Cenário III

O terceiro cenário (Cenário III) é o resultado da combinação do cenário II acrescido a probabilidade de ocorrência de sismos. Deste modo, neste cenário estima-se que **1.578.085** pessoas

possam estar em risco, das quais cerca de **79.701** em risco de sismos – **Ver tabela 4.**

Para o Cenário III, a estimativa da população em risco de sismos foi feita com sismo com base nos dados históricos de registos de sismos em Moçambique.

Tabela 4: Cenário III – População em Risco

Províncias	Cenário II	População em Risco	Total Cenário III
Cabo Delgado	87 074	200	87 274
Niassa	21 877	650	22 527
Nampula	53 353	9 860	63 213
Zambézia	124 516	5 671	130 187
Tete	167 822	0	167 822
Manica	92 032	1 514	93 546
Sofala	295 430	23 200	318 630
Inhambane	289 934	2 674	292 608
Gaza	256 219	27 700	283 919
Maputo Província	92 495	6 468	98 963
Maputo Cidade	17 632	1 764	19 396
Total	1 498 384	79 701	1 578 085

4.4.3. Situação Prevalente dos Deslocados Internos em Moçambique

O presente Plano de Contingência inclui as situações de deslocados internos causados pela instabilidade militar na Zona Centro e perlas incursões dos insurgentes na Norte do País.

Dados actualizados até 15 de Outubro de 2021, indicam um total de em **865.271** pessoas, o correspondente a **183.769 famílias**, sendo que 856.545 pessoas são provenientes de Cabo Delgado e do número total estão contabilizadas **417.519 crianças** -Ver **Tabela 5**.

Tabela 5: Deslocados internos devido aos ataques armados

Província	Famílias Deslocadas	Pessoas Deslocadas (incluindo Crianças)	Crianças	Proveniência		Pessoas nos Centros de Acomodação	Pessoas nos Bairros de Reassentamento	Pessoas em casas de familiares, conhecidos e em casas alugadas	Pessoas Assistidas
				Cabo Delgado	Zona Centro				
Província do Maputo	28	82	0	82	0	0	0	82	82
Inhambane	21	84	15	84	0	0	52	32	84
Sofala	678	3,376	1,366	175	3,201	0	3,376	0	3,376
Manica	1,023	5,582	1,881	57	5,525	2,508	0	3,074	5,582
Zambézia	349	1,349	778	1,349	0	0	380	959	1,349
Nampula	14,700	64,780	35,027	64,780	0	0	3,773	61,006	64,780
Niassa	371	1,909	1,045	1,909	0	0	316	1,593	1,909
Cabo Delgado	166,599	788,109	377,407	788,109	0	54,367	89,274	644,468	788,109
Total	183,769	865,271	417,519	856,545	8,726	56,875	97,171	711,214	865,271

4.4.4. Situação prevalente da COVID-19

A situação da pandemia da COVID-19 que igualmente afecta o país desde Março de 2020, é tomada em consideração no actual Plano de Contingência, como um assunto transversal. A COVID-19 terá igualmente impacto na operacionalização do actual Plano de Contingência, pois a fase de propagação comunitária requer um redobrar de esforços sectoriais a todos os níveis. A **tabela 6** apresenta a situação prevalente até 07 de Outubro de 2021.

Tabela 6: Casos de COVID-19 registados por Província do dia 7 de Outubro de 2021

Província	Casos Positivos	Casos Recuperados	Óbitos	Casos Activos
Cabo-Delgado	4.993	4.888 (136)**	15+1*	89
Niassa	7.478	7.401	52	25
Nampula	6.788	6.446 (51)**	41	301
Zambézia	8.131	8.076	39	16
Tete	8.636	8.584	50	2
Manica	6.371	6.338	31	2
Sofala	8.206	8.128	76	2
Inhambane	10.590	10.509 (13)**	49	32
Gaza	8.851	8.779	55	17
Maputo-Província	21.244	21.002	204	38
Maputo-Cidade	59.611	57.696	1.307+3*	605
Total	150.899	147.847	1.919	1.129

1. 4# Óbitos por outras causas

2. **Recuperados nas últimas 24 horas

4.4.5. Provável impacto no sector da Educação

Caso ocorram os fenómenos previstos no actual Plano de Contingência, o sector da Educação prevê danos em cerca de **4.505 escolas**, 16803 Salas de aulas em todo o país

Tabela 7: Provável impacto no sector da Educação

Província	Escolas em risco	Salas de Aulas em risco	Unidades Administrativas em risco	Sanitários
Cabo Delgado	114	102	67	
Niassa	22	42	0	0
Nampula	964			2 310
Zambézia	1 000	1 736	460	200
Tete	344	1 412	154	184
Manica	278	1 763	278	785
Sofala	193	574	243	572
Inhambane	822	6 654	6 236	26 616
Gaza	759	4 416	567	1 477
Maputo Cidade	9	104	9	18
Total	4 505	16 803	8 014	32 162

4.4.6. Provável Impacto no Sector da Agricultura

Segundo a previsão climática 2021 - 22, perspectiva-se uma Campanha Agrícola boa;

Para a região Sul, províncias de Maputo e Gaza, nos dois períodos (OND-2021 e JFM 2022), é esperado ISNH Moderado.

Recomenda-se monitoria permanente e alerta a situação nos distritos das zonas áridas e semiáridas; Para a região Norte e parte o Centro (Tete e Zambézia), onde em geral o ISNH esperado

é baixo a moderado, no período (OND-2021), deve se ter atenção a ocorrência de estiagem localizadas.

Para os dois períodos e com destaque para o período JFM-2022, nas regiões Centro e Norte, espera-se situações extremas de inundações localizadas que poderão acontecer com maior impacto nas zonas ribeirinhas e baixas. Estima-se que cerca de 317.076 produtores ficarão afetados por diversos fenómenos e 380.492 hectares perdidos com culturas diversas, sobretudo milho, arroz e feijões possam estar em risco de se perderem – **Ver tabela 8.**

Tabela 8: Áreas e Produtores em Risco campanha agrícola 2021 – 2022

Fenómeno	Área em Risco (ha)	Produtores em Risco
Seca/Estiagem	104 071	86 726
Inundações/Cheias	231 887	193 239
Ciclones	44 534	37 112
Total	380 492	317 076

4.5. Provável Impacto no Sector de Estradas

O Sector de Estradas prevê que algumas estradas correm o risco de interrupção ou funcionarem com o trânsito condicionado caso ocorram chuvas intensas e também devido ao nível de precariedade de algumas vias de acesso. As províncias de maior risco são Maputo, Gaza, Sofala, Manica, Zambézia e Cabo Delgado.

Os danos registados frequentemente nas vias de acesso têm sido: erosão, cortes e ravinas na plataforma da estrada, escavação e colapso das lajes de pavimento de estruturas, erosão da plataforma e taludes das estradas, poças de água nas zonas baixas com solos plásticos, tornando a plataforma escorregadia, entre outros. Os pontos críticos estão identificados nas figuras abaixo.

As estradas de maior risco em Cabo Delgado são: N380 Macomia-Oasse; R698 Montepuez-Nairoto; R762 Muepane-Metuge-Mahate; R698 Montepuez-Namuno; R760 Mecufi-Mazezi.

**Figura 11: Mapa de estrada em risco de inundação na província de Cabo Delgado**

4.5.2. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Zambézia

Na província da Zambézia as estradas em risco são: R640 Zero-Mopeia-Luabo-Nhacatiua, R650 Pinda-Megaza-Chire, R650 Chire-Milange, N322 Zero-Morrumbala-Pinda-Rio Chire, R644 Maganja-Nante-Cariua, R645 Maganja-Mabala, R643 Namacurra – Macuse, R1118 Namacurra – Forquia R654, Ragone – Namarroi, R1102 Ragone – Gurue, N/C Bive – Maganja da Costa, N/C Bive-Muaquiua.

**Figura 12: Mapa de estrada em risco de inundação na província da Zambézia**

4.5.3. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Manica

Na província de Manica deverá se prestar maior atenção nas seguintes vias de acesso: N260 CruzN6-espungabera, N260 Dombe-Rio Massapa, N260 CruzN6-Rio Búzi-Espungabera,

R441 espungabera – Chaiva, N/C CruzR521-Garagua, Cruz N260-Cadeado, N/C Cruz260-Central Mavuzi, R952 CruzR441-Mabzissanga, N/C CruzN7-Cagore, R963 Manica-Panhalonga, N/C CruzR963-Chua, N/C CruzR962-Machipanda, R950 CruzR529-Buzua, R529 CruzN7-Nhacolo/Fronteira com Sofala, N/C CruzR529-Buzua.



Figura 13: Mapa de estradas em risco de inundação na província de Manica

4.5.4. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Gaza

Na província de Gaza deve-se prestar maior atenção nas seguintes vias de acesso: N222 Mapai – Antiga Front. Chigubo; N222 Mapai – Pafuri; R441 Chinhacanine – Nalazi; R441 Chinhacanine – Nalazi; R455 Pafuri – Chicualacuala; R855 Maqueze – Chanhane; R856 Chokwe – Thlawene; R442 Chibuto – Alto Changane – Maqueze; NC Massingir – Chibotana; R441 Machaila – Massangena.

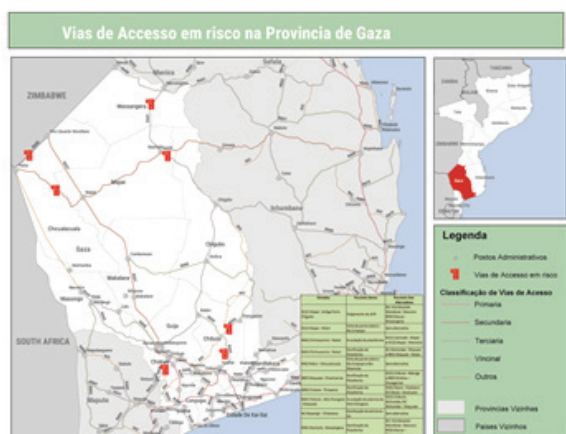


Figura 14: Mapa de estradas em risco de inundação na província de Gaza

4.5.5. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Maputo

Na província de Maputo deve-se prestar maior atenção nas seguintes vias de acesso R406: Catuane/Filipe; R408:

CrzR407(Alto Enchissa)/Catuane; N200:Boane/Bela Vista; R401:Movele/Moamba; R413: Maragra/Calanga; R414: Crz. R413/Machubo; R402: Moamba/Sabie/ Magude; R405: Magude/Mahele; R411: Magude/Panjane; R412: Magude/Motaze; R811: Moamba/Bondoia/Magude



Figura 15: Mapa de estradas em risco de inundação na província de Maputo

4.5.6. Vias de acesso em risco de interrupção na Província de Sofala

Na província de Sofala deverá se prestar maior atenção nas seguintes vias de acesso: 1005 Maringue / Chauaua; N/C-Muxungue/Chibabava; R561-Crz N1/ Machanga; R560+R562 Machanga/Divinhe; N280 Tica/ Guara Guara; R521 Crz N1 Casa Nova/ Crz. N280 Buzi; R564 Gorongosa/Piro; R1001 Casa Banana/Mazamba/ Inhaminga; R1003 Crz N6 / Savane; N/C Crz R1003 / Sengo; N261 Nhamapaza Macossa; R529 Chemba/Tambara; N283-Caia/Chemba; R565-Maringue/Chemba; N282 Dondo/ Matondo; N283-Caia/Marrome.

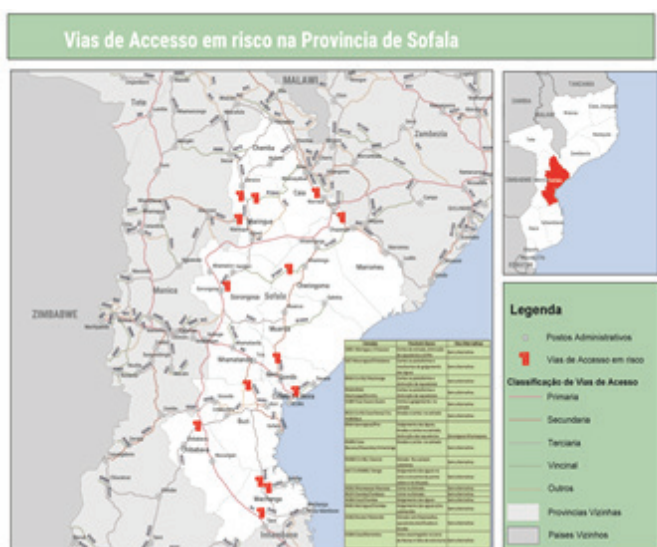


Figura 16: Mapa de estradas em risco de inundação na província de Sofala

5. Acções Sectoriais a Realizar nas Fases de Prontidão, Resposta e Recuperação

O quadro de definição de acções sectoriais tem o objectivo de minimizar o impacto de desastres e compreende três fases: prontidão, resposta e recuperação.

- a. **Prontidão:** técnica, material e financeira de preparação institucional, sectorial, comunitária e individual para reduzir o risco de desastres e os seus impactos.
- b. **Resposta:** Medidas que visam salvar vidas, assegurar assistência humanitária e rápida funcionalidade socioeconómicas imediatamente a seguir ao desastre.
- c. **Recuperação:** Actividades que concorrem, para a reposição e funcionalidade dos serviços básicos e normalização da vida das pessoas afectadas pelo desastre.

As acções de prontidão, resposta, e recuperação poderão ser realizadas ao longo do ano. Contudo, no período de Outubro à Dezembro, poderão predominar as acções de prontidão e intervenções de resposta. Neste sentido, acções como (i) a elaboração do plano anual de contingência, (ii) a preposição estratégica de bens e suprimentos de emergência, (iii) importação de suprimentos de emergência adicionais para responder às necessidades prementes, e (iv) a coordenação e monitoria, constituem algumas das actividades críticas a serem realizadas nestes períodos.

No período de Janeiro à Março, maior incidência poderá ser para as acções de resposta como (i) a operacionalização dos planos de contingência, (ii) realização das avaliações rápidas das necessidades para informar o plano de resposta, e (iii) a avaliação das necessidades de reconstrução e recuperação pós emergência.

O período de Abril à Setembro é reservado para as acções de recuperação e resposta, incluindo, entre outras, (i) a implementação da estratégia multisectorial de recuperação e reconstrução (Ex: reassentamento, reconstrução assistência alimentar, projecto de geração de renda); e (ii) monitoria da implementação das actividades e programas de recuperação. Algumas aquisições de materiais para pré-posicionamento e que estejam nos parâmetros das normas de funcionamento do Fundo de Gestão de Calamidades, também poderão ocorrer nesse período.

A implementação das acções de prontidão, resposta e recuperação poderá acontecer a todos os níveis, desde o central aos órgãos locais, incluindo os municípios, cabendo a cada um desses níveis garantir a planificação, monitoria, supervisão e assistência técnica e a implementação dos planos de resposta.

5.1. Mobilização de Recursos para Resposta à Emergência

A Equipa Humanitária Nacional (HCT) participa através de sectores (*clusters*) de resposta humanitária em acções de prontidão e resposta a desastres com meios materiais e humanos para complementar os esforços do Governo. Assim, usando mecanismos acordados com o Governo, a Equipa Humanitária Nacional pode activar os dispositivos internos e internacionais de mobilização de recursos com base nos mandatos e instrumentos internacionais existentes. O processo de coordenação e gestão de resposta a emergência é liderado pelo Governo.

A assistência humanitária atempada, eficaz e apropriada por parte da HCT depende da observância dos seguintes aspectos:

- a) Disponibilidade de informação sobre a avaliação da situação (magnitude, complexidade, urgência da emergência) com base em indicadores credíveis;
- b) Apresentação de dados sobre a área afectada, grupos vulneráveis; população afectada e pessoas necessitadas
- c) Disponibilização de informação sobre os recursos preposicionados pelo Governo e défice de acordo com as necessidades locais e tipo de evento;
- d) Activação pelo governo dos níveis de alerta institucional para facilitação da mobilização de recursos adicionais e operacionalização do plano de contingência;
- e) Solicitação de apoio humanitário pelo Governo.

5.2. Activação e implementação dos Planos Distritais de Acções Antecipadas no âmbito da Seca

O Plano Distrital de Acções Antecipadas no contexto da Seca é um instrumento orientador para a implementação de acções de mitigação dos efeitos negativos da seca com base em dados de previsão. Neste contexto, através dos esforços do Governo com o apoio do Programa Mundial para Alimentação (PMA), está em curso uma iniciativa piloto de estabelecimento de um Sistema de Aviso Prévio à Seca com base em Acções Antecipadas nos distritos de Guijá e Chibuto na província de Gaza, bem como nos distritos de Marara e Changara na província de Tete.

Com base em mecanismos estabelecidos de coordenação interinstitucional, foram elaborados planos distritais das acções antecipadas nos distritos piloto, que poderão ser activados e implementados caso as previsões assim o justifiquem. Esta iniciativa poderá ser replicada para outros distritos mediante a priorização dos critérios de vulnerabilidade (previsão, factores socio económicos) a seca e a disponibilidade de fundos adicionais para o efeito.

O quadro a baixo apresenta o resumo das actividades a serem implementadas no contexto do presente Plano de Contingência.

Tabela 9: Actividades sectoriais no contexto de resposta e gestão de emergências

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
INGD	a) Realizar exercícios de simulação; b) Divulgar o plano de contingência; c) Revitalizar os CLGRD e voluntários da CVM; d) Activar os CLGRD das zonas de risco; e) Identificar rotas de evacuação e locais seguros para abrigos temporários; f) Mapear os centros de acomodação e zonas seguras para o reassentamento g) Pré-posicionar bens, materiais e equipamentos em locais estratégicos h) Preparar as equipas de resposta humanitária para uma intervenção rápida; i) Disseminar mensagens de alerta; j) Intensificar as actividades de monitoria; k) Lançar concursos para aquisição de bens de emergência e assinatura de contratos; l) Sensibilizar as comunidades sobre medidas de prevenção, mitigação e resposta aos desastres; m) Identificar e celebrar acordos com personalidades e líderes influentes para difusão de mensagens de alerta; n) Activar os protocolos de gestão de informação a todos níveis; o) Identificar e preparar áreas seguras para a acomodação e reassentamento das famílias afectadas; p) Cumprir com os procedimentos sócio ambientais; q) Aproveitamento materiais e locais para a construção de abrigos e casas definitivas resilientes; r) Adquirir equipamentos de protecção individual, <i>kits</i> de primeiros socorros e de dignidade, para as equipas de assistência humanitária nas acções de emergência; s) Preparar o apoio psicossocial para os afectados e as equipas de assistência humanitária; t) Aproveitamento serviços de emergência para fornecimento de água; u) Activar a implementação dos Planos Distritais de Acções Antecipadas v) Preparar plano de preparação e resposta da COVID-19 para o sector;	a) Operacionalizar o plano de contingência; b) Realizar avaliações rápidas das necessidades e reajustar o plano de resposta de acordo a magnitude do evento c) Coordenar a provisão de assistência humanitária atempada, d) Preparar os apelos de ajuda humanitária e mobilizar recursos adicionais; e) Coordenar a avaliação rápida de necessidades pós desastres (ANPD); f) Prover apoio psicossocial para os afectados e as equipas de assistência humanitária; g) Activar o plano de continuidade de actividades caso sejam identificados casos positivos nas instalações da instituição; h) Efectuar a distribuição de mascaras de pano/artesanais para os afectados em todos os centros de acomodação e bairros de reassentamento; i) Estabelecer pontos de lavagem de mãos em coordenação com o sector de águas e parceiros; j) Garantir o distanciamento social entre os afectados principalmente na distribuição de artigos alimentares e não alimentares;	a) Implementar actividades específicas de recuperação de meios de vida; b) Monitorar a implementação integrada das actividades e programas de recuperação pós desastre; c) Avaliar as actividades de resposta humanitária e colher as lições aprendidas; d) Elaborar o plano multisectorial de recuperação pós emergência com base nos resultados da ANPD; e) Prover apoio psicossocial para os afectados e as equipas de assistência humanitária; f) Monitorar e continuar a implementar todas as medidas de prevenção contra o COVID; g) Continuar a disseminar mensagens de prevenção contra a COVID

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
GABINFO	a) Avaliar o grau de funcionamento e operacionalidade dos sistemas e meios de comunicação; b) Pré-posicionar material e equipamentos de comunicação; c) Produzir e disseminar informação baseada em impactos e atempada aos órgãos de comunicação oficiais, acessível a todas as camadas sociais no contexto de gestão do risco de desastres; d) Disseminar informação sobre prevenção da covid-19, em canais formais e informais;	a) Disseminar informação sobre o fenómeno em causa; b) Gerir a disseminação de informação pelos órgãos de comunicação; c) Intensificar os apelos às comunidades nas zonas de risco. d) Divulgar aos órgãos de comunicação o grau de implementação da acção humanitária do Governo e parceiros de cooperação	a) Divulgar o plano/estratégia de reconstrução/recuperação conjunta, Governo e parceiros de cooperação; b) Avaliar o grau de cumprimento do plano de resposta de emergência; c) Mobilizar as comunidades para participar no processo de recuperação e reconstrução; d) Avaliar e propor medidas para uma resposta melhorada.
MADER	a) Elaborar e interpretar o prognóstico da época chuvosa e ciclónica, para agricultura e recomendações agrotécnicas; b) Elaborar o plano de contingência; c) Monitorar o comportamento da época chuvosa e o seu impacto na produção agrícola; d) Monitorar e avaliar regularmente a situação da segurança alimentar e nutricional; e) Monitorar e controlar as principais pragas e doenças das culturas f) Limpar as fontes de água, valas de drenagem, canais e reservatórios; g) Retirar antecipadamente os diversos equipamentos, dos locais inundáveis h) Pré-posicionar insumos agrícola, medicamentos, drogas carracidas, desinfetantes e suplementos para as zonas de difícil acesso; i) Identificar zonas seguras para o refúgio do gado; j) Deslocar as manadas de gado das zonas de risco de ocorrência de inundação e das zonas inundadas; k) Promover a conservação de forragens para época seca e a produção de suplementos para os animais; l) Reabilitar corredores de tratamento, chuveiros e pontos de abeberamento; m) Monitorar permanentemente a situação sanitária com enfoque para a Febre Afosa, Febre do Vale do Rift e doença de Língua Azul.	a) Realizar avaliação rápida de SAN pós choque nas zonas afetadas; b) Efetuar o levantamento preliminar dos produtores e áreas agropecuárias afetadas; c) Reajustar os planos de aprovisionamento de insumos; d) Promover a assistência técnica aos produtores familiares; e) Controlar a qualidade das sementes comercializadas e das variedades libertadas; f) Disponibilizar pesticidas para o controlo das pragas migratórias;	a) Monitorar regularmente a situação da segurança alimentar e nutricional; b) Realizar feiras de insumos agrícolas e agropecuárias; c) Aproveitar as baixas e terras húmidas para o cultivo de culturas de ciclo curto; d) Aproveitar a água nas áreas irrigadas através de práticas que promovam a preservação da humidade no solo; e) Adoptar e usar tecnologias de captação e conservação de água; f) Fomentar e multiplicar culturas tolerantes a seca; g) Reabilitar as infraestruturas pecuárias e pontos de abeberamento afetados; h) Intensificar a vigilância epidemiológica e a Inspeção dos efectivos pecuários i) Promover e intensificar a realização de banhos carracidas, desparasitações e o tratamento de animais nas zonas afectadas; j) Disponibilizar os medicamentos, drogas, carracidas, desinfetantes e suplementos para as zonas de difícil acesso.

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
INAM	a) Interpretar e divulgar a previsão climática sazonal e implicações para os diversos pontos do país; b) Monitorar permanentemente os fenómenos meteorológicos e divulgar previsões de alerta com base em impactos; c) Reforçar a capacidade de observação nas estações meteorológicas; d) Repor os meios necessários para a comunicação e transmissão da informação.	a) Intensificar a monitoria dos fenómenos meteorológicos; b) Divulgar os avisos e alertas com indicação da magnitude do fenómeno, seus impactos e zonas de risco; c) Produzir informações de acompanhamento da evolução dos fenómenos.	a) Avaliar o comportamento dos fenómenos meteorológicos e seus impactos na planificação e execução dos planos/estratégias de recuperação pós-emergências.
MTA	a) Identificar as áreas para reassentamento em zonas seguras; b) Mapear os centros de acomodação; c) Assegurar que o processo de expansão dos bairros de reassentamento seja de forma ordenada com uso do Manual de Técnicas Básicas de Planeamento Físico; d) Promover a realização de cadastro e atribuição do respectivo Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) nos bairros de reassentamento; e) Sensibilizar os CLGRD, líderes comunitários e seus assistentes em matéria de técnicas básicas de planeamento físico e plantio de árvores de sombra e mudas nos bairros de reassentamento; f) Sensibilizar as populações para se retirarem das zonas de risco de desastres; g) Sensibilizar os agentes locais e líderes comunitários sobre boas práticas para a prevenção, controlo e mitigação à desertificação, erosão e queimadas; h) Mapear parceiros com capacidade de resposta e preenchimento das lacunas identificadas na implementação dos planos; .	a) Promover a implantação de instrumentos de Ordenamento Territorial e organizar os Centro de acomodação / reassentamento; b) Demarcar, atribuir e incorporar os bairros de reassentamento no cadastro nacional de terras; c) Participar no mapeamento e colocação de placas de proibição nas áreas suscetíveis a desastres naturais; d) Prestar assistência técnica no processo de implantação dos abrigos temporários e centros de acomodação nos bairros de reassentamento; e) Participar no levantamento socio-ambiental das áreas afectadas pelos desastres.	a) Cadastrar as famílias e sua distribuição física; b) Mapear as áreas seguras para assentamentos humanos c) Prestar assistência técnica na elaboração do Plano de Acção de Resiliência; d) Participar activamente no processo de reassentamento das populações; e) Assegurar que o processo de expansão dos bairros de reassentamento seja de forma ordenada com uso do Manual de Técnicas Básicas de Planeamento Físico Resiliente; f) Realizar o levantamento socioambiental das áreas afectadas por desastres; g) Elaborar o plano de pormenor dos bairros de reassentamento; h) Elaborar o mapa de risco de modo a apoiar os planos de reconstrução/recuperação e os planos locais de acção de resiliência; i) Integrar a componente das mudanças climáticas nos instrumentos de ordenamento territorial; j) Monitorar e implementar os Planos nos bairros de reassentamento; k) Atribuir DUAT em áreas demarcadas para reassentamento; l) Discutir com as populações as alternativas disponíveis para o reassentamento.

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MIC	a) Avaliar a disponibilidade de alimentos, recursos e outros bens essenciais; b) Mobilizar e estabelecer contactos com potenciais fornecedores de bens de consumo durante e depois da ocorrência da emergência; c) Identificar, definir e mapear os fluxos de bens de consumo, das zonas excedentárias ou com disponibilidade para as zonas afectadas; d) Promover campanhas de sensibilização a operadores económicos a fim de garantir a reserva alimentar das populações; e) Promover actividades de geração de renda com forma de reduzir o impacto dos desastres e combate à fome. f) Elaborar um cadastro de fornecedores nas zonas de risco.	a) Comprar produtos alimentares em locais alternativos e seguros; b) Emitir pareceres sobre a entrada de produtos para a emergência; c) Participar na triagem de produtos doados antes de serem distribuídos d) Monitorar preços de venda de produtos com maior incidência nos locais afectados por desastres; e) Monitorar os mercados internos e a variação dos preços; f) Prevenir a distribuição e comercialização de produtos deteriorados, destinados a assistência humanitária. g) Fazer levantamento de infraestruturas comerciais e industriais danificadas no âmbito de desastres.	a) Apoiar nos processos de aquisição/compras de produtos; b) Emitir pareceres para a entrada de produtos doados para a emergência; c) Repor a rede comercial danificada nas zonas afectadas; d) Participar e estimular ações de trans-formação e enriquecimento de produtos alimentares; e) Prevenir a comercialização de produtos deteriorados e destinados a assistência humanitária; f) Monitorar preços de venda de produtos com maior incidência nos locais afectados por desastres; g) Avaliar os resultados sobre o processo de abastecimento de produtos; h) Mobilizar agentes económicos para a reposição dos <i>stocks</i>. i) Realizar feiras de produtos de primeira necessidade e agrícolas no período de desastre
MIMAIP	a) Identificar locais para atracagem das embarcações de pesca; b) Identificar possíveis fontes de financiamento para as actividades do sector, priorizadas no quadro das ações de prontidão, resposta e recuperação c) Identificar, sensibilizar os proletrários locais de embarcações que possam reforçar o processo de busca e salvamento bem como o transporte de bens alimentares; d) Sensibilizar os pescadores para não se fazerem ao Mar durante a vigência do alerta de mau tempo e para retirada das suas embarcações e artes do mar para os locais seguros face aos alertas das autoridades	a) Fazer avaliação rápida dos danos registadas durante a ocorrência do desastre; b) Repor parcialmente os tanques piscícolas, embarcações, artes de pesca, infraestruturas de apoio a pesca eventualmente danificados; c) Prestar assistência técnica aos piscicultores na reabilitação e construção de tanques nos locais seguros	a) Avaliar e monitorar regularmente a implementação do plano/estratégias de (re) construção e recuperação; b) Assegurar que todos os pescadores e piscicultores afectados pelas intempéries tenham acesso a meios para continuar suas actividades

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MGCAS	a) Disseminar as mensagens para os grupos vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, doentes crónicos e pessoas portadoras de deficiência) incluindo as de prevenção contra a COVID-19; b) Monitorar a tendência de calamidades, através dos pontos focais do sector junto dos CENOE's central e regionais e dos COEs provinciais e distritais; c) Monitorar o processo de recolha, análise e divulgação de dados desagregados por sexo e idade; d) Sensibilizar mulheres e outros grupos de risco de modo a assegurar a sua presença nos processos de tomada de decisão e denúncia de violações aos seus direitos; e) Actualizar/<i>Refreshment</i> dos Pontos Focais Provinciais e Distritais do sector do Género, Criança e Acção Social, sobre protecção em emergência, incluindo as componentes de prevenção e respostas a violência baseada no género, bem como medidas de Prevenção contra Corona Vírus; f) Pré-posicionar <i>kits</i> de dignidade, família, de rastreio e reunificação familiar e de recreação, e de protecção do COVID; g) Mapear mecanismos comunitários de protecção à criança que possam ser fortalecidos com vista a mitigar os riscos da violência contra crianças, em particular raparigas adolescentes.	a) Realizar o levantamento rápido dos grupos populacionais mais vulneráveis afectados (Crianças, idosos, doentes crónicos, Pessoas com deficiência, mulheres e particularmente as mulheres grávidas). b) Realizar acções de monitoria do impacto dos desastres, da assistência humanitária e protecção dos grupos populacionais vulneráveis, no sector do Género, Criança e Acção Social; c) Conduzir a avaliação rápida sectorial e complementar com dados secundários desagregados d) Distribuir <i>kits</i> de assistência aos grupos vulneráveis em articulação com os outros sectores; e) Divulgar informações sobre os serviços de atendimento/ assistência às adolescentes e mulheres vítimas de violência; f) Divulgar mensagens para prevenção e resposta ao PSEA (abuso e exploração sexual) g) Implementar actividades recreativas para adolescentes e criação provisão de serviços amigos do adolescente e jovens; h) Monitorar a assistência humanitária e protecção a grupos vulneráveis. i) Operacionalizar e divulgar os mecanismos de denúncia e referência sensíveis ao género e a criança; j) Prestar apoio psicossocial.	a) Sensibilizar a componente de violência baseada no género, nos centros de acomodação e/ou bairros de reassentamento; b) Realizar visitas de monitoria as áreas afectadas para garantir que todos os grupos vulneráveis identificados tenham acesso aos serviços sociais protecção e saúde; c) Divulgar informações sobre os serviços e locais de atendimento às crianças e mulheres vítimas de violência e abuso; d) Identificar beneficiários elegíveis para os programas de Protecção Social

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MISAU	a) Melhorar a capacidade de detecção precoce das doenças com potencial epidémico, através da intensificação da vigilância epidemiológica. b) Identificar e treinar activistas, bem como outro pessoal técnico de saúde para a prestação de cuidados médicos básicos as populações em situação de emergência. c) Pré-posicionar materiais de emergência. d) Divulgar mensagens-chave de Informação, Educação e Comunicação (IEC) sobre a prevenção de enfermidades relacionadas com a época chuvosa; e) Aproveitar <i>stocks</i> suficientes de produtos terapêuticos (F-75, F-100, ATPU, BP-50 e ReSoMal) e suplementos alimentares (BP-50, CSB Plus) e nutricionais (Ferro, Ácido Fólico, Vitamina A, Mebendazol) e medicamentos de rotina. f) Identificar pessoas vivendo com doenças crónicas (HIV, Tensão arterial, Diabetes) nas zonas de risco e manter confidencialidade em relação às doenças crónicas. g) Reposicionar equipamento para instalação de infraestruturas de saúde temporárias (lonas, tendas, <i>kits</i> hospitalares) h) Criar equipas médicas de emergência; i) Preposicionar equipas treinadas em matérias de água e saneamento; j) Coordenar com parceiros a aquisição de material de higiene e saneamento do meio;	a) Alocar mais pessoal e meios de diagnóstico de laboratório na detecção das principais doenças epidémicas b) Identificar espaços para montagem de tendas hospitalares para atendimento dos doentes, bem como armazenamento de material médico-cirúrgico e outros. c) Alocar medicamentos e material médico-cirúrgico e outros. d) Prover serviços de saúde sexual e reprodutiva nos serviços de amigos do adolescente e jovens (SAAJ); e) Prover serviços básicos de HIV e SIDA e outras ITS no que concerne à Prevenção da Transmissão Vertical, Rastreio de ITS, cuidados e tratamento; f) Fornecer materiais (produtos terapêuticos, suplementos alimentares e nutricionais – ATPU, ASPU, F75 e F100 – e medicamentos) e a desparasitação com mebendazol; g) Monitorar a continuidade do tratamento de pessoas com doenças crónicas (HIV, Tensão arterial, Diabetes), assim como as suas profilaxias h) Distribuir preservativos e fazer campanhas de sensibilização para prevenção do HIV e Violência Baseada no Género; i) Realizar avaliação rápida dos danos das infraestruturas hospitalares; j) Adotar medidas alternativas para reparação de danos ligeiros nas infraestruturas hospitalares para provisão de serviços básicos e essenciais de saúde; k) Destacar equipas médicas de emergência incluindo material médico-cirúrgico. l) Implementar as actividades do WASH	a) Manter a vigilância epidemiológica de rotina pós emergência. b) Recolher e conservar o material usado para o atendimento hospitalar; c) Manter e garantir o funcionamento normal das Unidades Sanitárias; d) Assegurar aderência ao tratamento de HIV; e) Assegurar que as populações afectadas sejam beneficiadas de insumos de prevenção; f) Assegurar que as mulheres grávidas e lactantes tenham acesso aos serviços de saúde; g) Manter <i>stocks</i> de produtos terapêuticos, suplementos alimentares e nutricionais (ATPU, ASPU, F75, F100) para o tratamento da desnutrição. h) Assegurar a suplementação com vitamina A para todas as crianças de 6-59 meses que não receberam nos 6 meses anteriores, Desparasitação com mebendazol para todas as crianças de 12-59 meses e mulheres grávidas; i) Suplementar com ferro/ ácido fólico para as mulheres grávidas, até 3 meses após o parto e raparigas adolescentes 10-19 anos j) Realizar a triagem nutricional a todas as crianças menores de 5 anos, adolescentes até 15 anos e mulheres grávidas e lactantes k) Continuar com as actividades de promoção, protecção a alimentação infantil. l) Distribuir material educativo sobre alimentação infantil e aleitamento materno a população afectada. m) Formar grupos de mães e parceiros sobre práticas de alimentação infantil nas zonas afectadas n) Promover e divulgar produtos localmente disponíveis com elevado valor nutricional. o) Garantir a referência para as Unidades Sanitárias para a continuidade de cuidados em relação ao HIV e SIDA p) Realizar o levantamento exaustivo dos danos das infraestruturas sanitárias, elaboração do plano de reconstrução e implementação do mesmo, tendo em conta as questões de resiliência;

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MINEDH	a) Reciclar técnicos, professores e CEGRD nos distritos de alto risco de ocorrência de desastres naturais em matéria de Apoio Psicossocial e GRD; b) Reciclar técnicos, professores em matéria do Plano de Emergência Básico Escolar (PEBE); c) Implementar o Plano de Emergência Básico nas escolas com maior risco de desastres; d) Reciclar técnicos, professores e alunos sobre os princípios de Protecção contra Exploração e Abuso Sexual (PEAS) nas emergências; e) Pré-posicionar material escolar para emergências; f) Realizar formações sobre PEBE g) Pré-posicionar materiais básicos para apetrechamento das salas de aula (por exemplo, cadeiras, quadros pretos, giz, lonas); h) Pré-posicionar livros de aluno (sobre tudo para as primeiras três classes de ensino primário); i) Pré-posicionar ingredientes nos armazéns seguros para um lanche escolar para as escolas afectadas e informar os técnicos sobre o Programa da Alimentação Escolar; j) Fortalecer a observância de padrões de construção resiliente de infraestruturas escolares; k) Divulgar a previsão climática sazonal nas Direcções provinciais e serviços distritais de educação. l) Realizar simulações nas comunidades escolares em procedimentos de gestão e redução do risco de desastres; m) Distribuir material de higienização e de protecção individual no âmbito da prevenção da COVID-19 nas escolas de todos os distritos incluindo termómetros infravermelhos.	a) Realizar encontros de coordenação com os parceiros de emergência no sector; b) Estabelecer mecanismos de denúncia queixas e reclamações que inclui linha verde e outros canais sensíveis ao género e crianças. c) Efectuar uma avaliação rápida no sector da Educação; d) Prover material escolar às escolas mais afectadas; e) Fornecer alimentação escolar de emergência; f) Criar condições para o funcionamento normal de aulas nos centros de acomodação temporária e Bairros de Reassentamento; g) Atualizar e implementar o plano de resposta. h) Monitorar o processo de ensino e aprendizagem nos centros de acomodação e bairros de reassentamento. i) Prover apoio psicossocial aos professores e alunos afectados pelo desastre; j) Realizar monitorias periódicas nas escolas no âmbito da distribuição do material de higienização para a prevenção da COVID-19, incluindo monitoria das casas de banho no âmbito da COVID-19. k) Realizar palestras nas escolas no âmbito da redução de risco de desastres e prevenção da COVID19. l) Mensurar a temperatura a todos os funcionários e alunos, rastrear e encaminhar possíveis casos suspeitos as autoridades de saúde; m) Desinfetar com frequência as salas de aulas e todos os locais mais usados pelos professores e alunos.	a) Avaliar as necessidades de reconstrução e recuperação pós emergência; b) Monitorar o grau de desempenho dos CEGRD; c) Efectuar levantamento para Elaborar e implementar o plano de reconstrução e recuperação; d) Monitorar o grau de implementação do plano de reconstrução e recuperação, incluindo a reposição das aulas. e) Fortalecer a prontidão escolar através da implementação e expansão do plano de emergência básico de escola (PEBE); f) Mobilizar fundos para realização de actividades na fase de recuperação; g) Realizar Formações sobre PEBE h) Mobilizar fundos para realizar as actividades do sector pós desastres. i) Reciclar técnicos, gestores escolares, professores e Comité Escolar de Gestão do Risco de Desastres (CEGRD) para o retorno seguro a escola; j) Monitorar com frequência todas as actividades de prevenção e resposta a COVID-19.

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MOPHRH/ DNGRH	a) Verificar os meios de comunicação nomeadamente: Telefones e Rádios; b) Realizar encontros com outras entidades gestoras dos recursos hídricos e de barragens nos países de montante, particularmente entre ARA-Centro do Zimbabwe e as congéneres do Zimbabwe e Zâmbia (ARA Sul, DRI); c) Inspeccionar e manter a rede hidrológica do sistema de aviso de cheias (SAC); d) Realizar campanhas de medição de caudal nas principais bacias hidrográficas; e) Gerir as albufeiras tendo em conta os cenários dos caudais afluentes e a situação a jusante de cada bacia hidrográfica; f) Divulgar o plano de contingência e coordenação das ações entre a DNGRH Governos Provinciais e Distritais ARA's e parceiros de cooperação; g) Disponibilizar EPI para os funcionários no âmbito da prevenção da COVID-19 (ex. mascarar, viseiras) e álcool desinfetante; h) Criar Pontos de higienização das mãos em todos os sectores públicos, com principal foco para os lugares de grandes aglomerados (mercados, terminais de transportes semi-colectivos, etc); i) Sensibilizar os funcionários em geral sobre as medidas de prevenção.	a) Reestabelecer o abastecimento de água nas zonas afectadas por desastres, b) Garantir o abastecimento de água nos Centros de Acomodação temporária e nos centros de reassentamento; c) Comunicar permanentemente com entidades gestoras dos recursos hídricos e de barragens nos países de montante, particularmente entre ARA-Centro e ZINWA do Zimbabwe e as congéneres do Zimbabwe e Zâmbia; d) Intensificar o monitoramento sistemático dos níveis de água/caudais bem como a previsão dos mesmos usando modelos já existentes (garantir informação em tempo útil); e) Emitir e disseminar diariamente Boletins Hidrológicos ao nível Regional (ARAs) e Nacional (DNGRH) Emitir comunicados de imprensa; f) Continuar a realização de campanhas de medição de caudal. g) Troca permanente a informação entre as ARAs, INAM, HCB, Barragem de Chicamba, e outras entidades nacionais de recolha de dados hidro-meteorológicos. h) Participar no CTGRD Mensurar a temperatura de todos os funcionários em cascata (nível central, Provincial, distrital e comunitário); rastrear casos suspeitos e encaminhar as Autoridades sanitárias.	a) Reestabelecer o abastecimento de água nas zonas afectadas por desastres, b) Garantir o abastecimento de água nos centros de acomodação temporária e nos centros de reassentamento; c) Preparar e disseminar o relatório da avaliação da época chuvosa 2021/22; d) Inspeccionar e reabilitar a rede hidro-climatológica pós-cheias. e) Realizar reunião de balanço da época chuvosa 2021/22

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MOPHRH/ DNAAS	a) Elaborar o Plano Anual de Contingência; b) Actualizar os dados sobre materiais existentes nos armazéns regionais e provinciais e necessidades para responder a emergência; c) Pré-posicionamento estratégico de bens e suprimentos de emergência; d) Pré-posicionar equipamentos e materiais para tratamento, conservação, transporte e distribuição de água e) Coordenar com os parceiros e outros sectores as ações de WASH a levar a cabo na emergência	a) Coordenar com parceiros, o restabelecimento do abastecimento de água e saneamento (assegurando a disponibilidade de quantidades mínimas recomendadas em situação de emergência); b) Coordenar com parceiros, fornecer equipamentos e materiais para tratamento e distribuição de água; c) Coordenar com parceiros, fornecer materiais para a construção de latrinas e apoio técnico às pessoas afectadas na construção de latrinas; d) Efectuar permanente troca de informação com as instituições responsáveis para a gestão de emergência; e) Intensificar o acompanhamento e monitoramento dos centros de acomodação dos locais suscetíveis à ocorrência de calamidades naturais f) Intensificar o acompanhamento e monitoramento dos centros de acomodação dos locais suscetíveis à ocorrência de calamidades naturais.	a) Coordenar com parceiros e outros sectores, preparar e disseminar informação sobre a avaliação da época chuvosa; b) Implementar e monitorar do plano de recuperação das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento danificadas;
MOPHRH/ HABITAÇÃO E URBANISMO	a) Identificar, inventariar e inspecionar os locais seguros para acomodação provisória.; b) Identificar rotas de evacuação rápida.; c) Avaliar o nível de capacidade de acomodar novas famílias nos Bairros de Reassentamento (BRs) já existentes.	a) Participar sempre que necessário na coordenação, registo e controlo do número das famílias afectadas nos centros de acomodação provisória (CA); b) Participar na construção de abrigos provisórios (tendas) em áreas seguras para as populações afectadas; c) Coordenar a transferência das populações afectadas dos CA para os seus locais de residência ou para os BRs (existentes/novos) d) Participar na inventariação preliminar dos danos em habitação.	a) Participar na supervisão e prestar assistência técnica na reconstrução/construção de casas; b) Divulgar a versão electrónica do guião de construção de habitação resiliente; c) Prestar assistência técnica na produção de materiais de construção com base nos recursos locais; d) Divulgar técnicas de construção de habitação resiliente, utilizando materiais locais.

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MOPHRH/ ANE/	a) Realizar a Limpeza dos sistemas de drenagem em áreas de risco de inundações urbanas; b) Efectuar o reposicionamento de equipamentos e materiais para a continuidade da manutenção das principais vias de acesso da rede rodoviária durante o período chuvoso; c) Prover a sinalização de infraestruturas rodoviárias nas zonas de risco. d) Mobilizar fundos para responder as actividades de emergência; e) Reforçar a educação cívica e consciencialização dos transportadores de carga, no sentido de cumprir com a interdição da circulação dos camiões durante o período chuvoso na rede de estradas não revestida. f) Identificar e alistar atempadamente os empreiteiros com capacidade de mobilização imediata (equipamento, pessoal, etc.), de modo a responder às solicitações de emergências. g) Garantir que nos estaleiros de cada região (Sul, Centro e Norte), existam pelo menos 2.000m de pontes metálicas em prontidão para atender a situações de emergência. h) Criar Acampamentos de Estradas para servirem de Brigadas de Manutenção de Estradas e Reparação de Obras de Emergência com mínimas condições-Em curso; i) Reforçar as infraestruturas existentes nas zonas de risco, com a construção, reabilitação ou reforço dos órgãos de drenagem, para que se tornem resilientes.	a) Informar ao CTGRD do ponto de situação sobre transitabilidade das estradas; b) Identificar vias alternativas nas situações em que ocorra interrupção numa estrada devido ao corte e/ou destruição dos órgãos de drenagem provocado pelas chuvas; c) Limitar a velocidade de circulação de veículos (< 40Km/hora) durante o período chuvoso ao longo das estradas não revestidas e na travessia de estruturas hidráulicas e/ou obras de arte, de modo a evitar escorregamentos, deslizes, capotamentos, danificação das estruturas. d) Monitorar a situação, através das comissões de emergência, que envolvem os Governos Distritais, os líderes comunitários, as comunidades residentes ao longo das vias, a Polícia de Trânsito, a equipe de Fiscalização e Técnicos da ANE. e) Monitorar diariamente as condições de transitabilidade na rede de Estradas das Províncias, contando para a materialização desta acção com a colaboração dos Governos Distritais, através dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas; f) Mobilizar rapidamente empreiteiros para reparações de emergência (Reparação de estruturas de drenagem e algumas actividades de manutenção periódica ou de melhoramento localizados como abertura de valetas, abaulamentos, reparações de plataformas, ensaibramento, remoção de objectos estranhos nas estradas, etc.) com vista a garantir a reposição da transitabilidade cómoda e segura de estradas g) Receber informações de danos que superem a capacidade de intervenção ao nível da Província com vista a garantir uma intervenção de nível central; h) Reforçar a sinalização de emergência de modo a evitar acidentes e outros transtornos que possam ser ocasionados pela situação de emergência.	a) Repor a rede rodoviária afectada; b) Mobilizar Pontes metálicas e peças pré-fabricadas a partir dos respectivos armazéns regionais (Sul, Centro e Norte) para a construção de passagens hidráulicas, em caso de corte de alguma estrada. c) Realizar um levantamento exaustivo de danos registados durante a emergência para a elaboração, orçamentação e implementação do plano de reconstrução resiliente ; d) Monitorar o processo de reconstrução.
M I R E M E / ENERGIA	a) Criar equipas de avanço para as zonas de risco de desastre com base na previsão climática para época 2021/22 b) Pre-posicionar os grupos geradores de emergência, combustível e logística de transporte em todas as cidades capitais para garantir serviços mínimos; c) Monitoria permanente do comportamento da rede eléctrica, com incidência nas zonas de travessia de rios. d) Assegurar stocks mínimos de materiais para intervenção de emergência, sobre tudo nas zonas recônditas cujo acesso é facilmente afectado pelas intempéries;	a) Monitorar permanentemente o comportamento da rede eléctrica, com incidência nas zonas de travessia de rios; b) Fazer o levantamento rápido das áreas com a rede eléctrica danificada. c) Repor a rede eléctrica nas zonas afectadas por desastres; d) Instalar sistemas de energia fotovoltaica para a prestação de serviços mínimos nos centros de acomodação e bairros de reassentamento e infraestruturas sociais.	a) Recuperar e repor rapidamente todo o sistema eléctrico danificado por desastres. b) Monitorar os trabalhos de recuperação de todas as infraestruturas do sector de energia; c) Garantir o fornecimento contínuo de energia aos centros de reassentamento e infraestruturas sociais básicas.

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MIREME/ INAMI	a) Realizar campanhas de educação cívica e divulgar normas de evacuação e protecção sobre cuidados a ter antes, durante e após a ocorrência de sismos e <i>tsunamis</i>; b) Difundir comunicados e avisos; c) Pre-posicionar meios para a resposta em casos de desastres; d) Monitorar todos os eventos sísmicos com epicentro em Moçambique e no Canal de Moçambique ou nos países vizinhos que tenham impacto em Moçambique; e) Coordenar com o INAM, CENOE e INAHINA a funcionalidade do sistema de aviso prévio de sismos e <i>tsunamis</i>.	a) Produzir comunicados de imprensa, em tempo útil, isto é, em menos de 2 horas após a ocorrência do sismo; b) Preparar informação sobre a ocorrência de eventos sísmicos com epicentro em Moçambique (parte continental e oceânica) ou nos países vizinhos, mas que se tenham sentido no território nacional; c) Avaliação rápida do grau de erosão, aluimento, colapso, subsidência de solos nas regiões afectadas pelo desastre geológico; d) Monitorar as réplicas dos eventos sísmicos; e) Levantamento rápido dos danos visíveis nas infraestruturas sociais e habitacionais das regiões afectadas pelos desastres geológicos.	a) Levantamento do grau de erosão, aluimento, colapso, subsidência de solos nas regiões afectadas pelo desastre geológico; b) Levantamento dos danos visíveis nas infraestruturas sociais e habitacionais das regiões afectadas pelos desastres geológicos; c) Preparar recomendações sobre as medidas de prevenção e mitigação dos desastres geológicos; d) Colocar funcional a Rede Nacional de Estações Sismográficas (RNES); e e) Monitor e avaliar os impactos da campanhas de educação cívica no território nacional.
MICULTUR	a) Divulgar o plano de contingência junto dos Operadores Turísticos; b) Sensibilizar os Operadores turísticos localizados nas zonas de risco, sobre medidas de prevenção, mitigação e resposta aos desastres; c) Disseminar mensagens de alerta junto dos Operadores Turísticos; d) Disseminar informação sobre prevenção e mitigação da COVID-19, no sector da cultura e turismo; e) Sensibilizar os fazedores das artes e cultura para se envolverem na divulgação das medidas de prevenção, mitigação e resposta aos desastres através das artes; e f) Produzir e divulgar cartazes e <i>Sports</i> publicitários orientados para a prevenção de desastres no Sector da Cultura e Turismo.	a) Intensificar os apelos aos Operadores Turísticos, localizados nas zonas de risco; b) Fazer o levantamento dos danos registados nos empreendimentos turísticos e estabelecimentos de restauração durante a ocorrência dos desastres; c) Realizar visitas de monitoria as áreas afectadas e avaliar o grau de cumprimento das acções d) Realizar palestras nos centros culturais aos fazedores das artes e cultura no âmbito da prevenção da COVID-19; e) Nas Zonas afectadas pelos insurgentes em Cabo Delgado, realizar um trabalho de levantamento dos Operadores Turísticos e dos Fazedores das Artes e Cultura afectados.	a) Realizar visitas de monitoria as áreas afectadas e avaliar o grau de cumprimento das acções de resposta; b) Elaborar plano de recuperação pós desastre para o Sector da Cultura e Turismo; c) Avaliar as necessidades de reconstrução e recuperação pós emergência das infraestruturas turísticas e culturais e colher as lições aprendidas; e d) Elaborar pacotes de isentivos fiscais para dinamizar a actividade cultural e turística.

6. Bens e Disponíveis e Necessários

6.1. Operações de Busca e Salvamento

As operações de busca e salvamento serão realizadas e coordenadas pela Unidade Nacional de Protecção Civil

(UNAPROC) para salvaguardar a vida das populações e segurança das infraestruturas afectadas. A UNAPROC a nível central e nas Delegações provinciais tem disponíveis 85 barcos para as operações de busca, salvamento -Ver tabela 10

Tabela 9: Meios existentes - operações de busca e salvamento

PROVÍNCIA	Barcos	Motores Barcos	Pontes Moveis	Camiões Cisterna	Total
INEGC - Sede	17	13		2	32
Gaza	14	15			29
Inhambane	3	5			8
Tete	11	11			22
Sofala	5	6			11
Zambézia	5	3			8
DRC	16	16	8		40
DRN	14	12			26
Total	85	81	8	2	176

6.2. Assistência alimentar

As necessidades para assistência alimentar (cerais, feijões, óleo, sal e açúcar) descritas no presente plano consideram três contextos:

- Assistência Alimentar a pessoas actualmente identificadas pelo SETAN como estando em situação de insegurança alimentar;
- Assistência alimentar a possíveis afectados pelas intempéries descritas no Cenário II do presente PC;
- Assistência alimentar aos deslocados de guerra gerados pela instabilidade nas zonas centro e norte do País.

O último relatório do SETSAN indica que cerca de 110 mil pessoas se encontram em situação de insegurança alimentar até Março de 2022. A estimativa de necessidades alimentares,

cereais, feijões, óleo alimentar, açúcar e sal, 9183 toneladas para um período de 6 meses.

Foram igualmente projectadas cerca de 300 mil pessoas que poderão necessitar de assistência alimentar caso se confirme o Cenário II do presente Plano de Contingência. A estimativa alimentar é de cerca de 12 mil toneladas de produtos alimentares,

Finalmente, foi considerada a prevalecente situação dos actuais 862.999 deslocados de guerra e que mesmo com os sinais de melhoria do cenário no teatro operacional norte, os mesmos poderão necessitar de assistência alimentar por pelo menos 6 meses. Assim foram estimadas cerca de 71 mil toneladas de produtos alimentares.

O total de produtos alimentares necessários é de cerca de 93 mil toneladas e até o início do mês de Outubro, a Equipa Humanitária Nacional reportava uma disponibilidade de cerca de 8 mil toneladas de produtos alimentares. Ver Tabela 11.

Tabela 10: Estimativa de pessoas por assistir e necessidades em Bens alimentares

	P o s s í v e l necessitados	InSAN	Deslocados	Total		
Pessoas por assistir	299 677	110 904	862 990	1 273 571		
Produtos	Quantidade em Toneladas			T o t a l N e c e s s á r i o (Ton)	Disponível	Défi ce
Cereais	8 990	6 654	51 779	67 424	6 206	-61 218
Feijão Manteiga	1 079	799	6 214	8 091	309	-7 781
Óleo alimentar	539	399	3 107	4 045	119	-3 926
Açúcar	899	665	5 178	6 742	1 735	-5 007
Sal	899	665	5 178	6 742	52	-6 690
Total	12 407	9 183	71 456	93 045	8 422	-84 623

Para fazer face ao défice identificado, o Fundo de Gestão de Calamidades, FGC, iniciou o processo de aquisição de cerca de 2.600 toneladas de produtos diversos, conforme a tabela n.º 12.

Tabela 11: Produtos alimentares em processo de aquisição pelo FGC

Item	Quantidades (Ton)	Valor estimado (Mzn)
Feijão Manteiga	200	22 000 000.00
Óleo	200	24 000 000.00
Sal de Cozinha	20	300 000.00
Açúcar	200	16 000 000.00
Arroz	1000	70 000 000.00
Farinha de Milho	1000	60 000 000.00
Total	2 620	192 300 000.00

6.3. Abrigo

Os principais materiais usados no sector do abrigo são as tendas, lonas e *kit* de ferramentas para instalação das tendas/lonas. Outro recurso para o abrigo temporário são as salas de aulas localizadas em zonas seguras e que devem ser identificadas com antecedência como lugares de abrigos seguros. Contudo, a coordenação com o sector de educação é de extrema importância para evitar a paralisação das aulas.

As estimativas de necessidades para o período em análise foram calculadas para cerca de 22 mil famílias, entre os que poderão ficar afectados pelos eventos do Cenário II e eventuais deslocados que ainda possam necessitar desse apoio. A componente de abrigo regista um défice de cerca de 10 mil *kits* de abrigo, 17 mil *kits* de ferramenta, 25 mil lonas familiares, entre outros – Ver tabela 13.

Tabela 12: Bens necessários e existentes para abrigo temporário

Item	Quantidades em unidades		
	Total Necessário	Disponível	Défice
Tendas Comunitárias	103	103	-
Tendas Multi Uso	531	531	(0)
Tendas Familiares	7 706	2 715	(4 991)
<i>Kits</i> de Abrigo	15 412	5 058	(10 354)
<i>Kits</i> de Ferramenta	22 017	4 564	(17 453)
Lonas Familiares 4x6m	50 000	24 511	(25 489)
Lonas Familiares 7x12m	11 009	2 620	(8 389)
Lonas Comunitárias 12x50 m	95	95	-
Rolos Plástico 1x50 m	613	613	-

Para colmatar o défice identificado, o FGC esta em processo de aquisição dos materiais abaixo arrolados

Tabela 13: Material para abrigo em processo de aquisição

Item	Quantidades	Valor estimado
Tendas Familiares	4 000.00	200 000 000.00
<i>Kits</i> de Abrigo e Acomodação	4 000.00	11 400 000.00
Rolos plásticos (1x50m)	4 000.00	14 560 000.00
<i>Kits</i> de Ferramentas	3 000.00	5 400 000.00
Lonas de 4x6m	50 000.00	50 000 000.00
Tendas Comunitárias	55.00	6 050 000.00
Total		287 410 000.00

6.4. Água e Saneamento

De acordo com as previsões meteorológicas e hidrológicas para a época chuvosa 2021/22, o sector de Abastecimento de Água e Saneamento, prevê assistir cerca de 22 mil pessoas necessitadas,

em centros de acomodação temporária e ou de trânsito provendo condições básicas de acesso água em quantidade e qualidade necessária e serviços de saneamento básico (latrinas/sanitários – lajes plásticas) e outros materiais indicados na tabela n.º 15.

Tabela 14: Meios Necessários e Disponíveis – Água

Item	Quantidades em unidades		
	Total necessário	Disponível	Défi ce
Tanques Flexíveis 5000 l	82	72	(10)
Tanques Flexíveis 500 l	426	7	(419)
Tanques Rígidos	63	63	-
Estação de Tratamento de Água (ETA)	21	3	(18)
Kits de Teste Rápido	496	496	-
Baldes Plásticos	42 637	9094	(33 543)
Jerricans	47 663	7663	(40 000)
Certeza (Frascos 150ml)	42 637	11395	(31 242)
Certeza (caixas)	50 000		(50 000)
Cloro em pacotes/kg	213 183	22590	(190 593)
Lajes	17 751	2367	(15 384)
Kit de Latrina	2 624	2624	-
Rolos Plástico 2x12 m	10 659	227	(10 432)
Rolos Plástico 4x50 m	695	695	-
Sabão	852 731	120043	(732 688)
Detergente em Pó (Pacotes)	637	637	-

Para colmatar o défi ce identificado, o FGC esta em processo de aquisição dos materiais abaixo arrolados

Tabela 15: Produtos para Água e saneamento em processo de aquisição

Item	Quantidades	Valor estimado (Contos)
Certeza Liquida (cx)	50 000.00	5 000.00
Jerricans (20 Litros)	40 000.00	4 000.00
Frascos de Certeza (Un)	3 000.00	900.00
Baldes Plásticos (Un)	10 000.00	2 000.00
Lajes Plásticas (Un)	1 200.00	2 100.00
Acessórios Rep. de Furos de Água nas Zonas seca (ton)	1.00	2 500.00

6.5. Educação

Em caso de cheias e ciclones, o sector da Educação é afectado pela destruição de salas de aula privando os alunos de continuar com o curso normal das aulas. Dada a tipologia das salas de aula (material convencional, misto, local), o sector da educação apresenta algumas fragilidades para lidar com eventos de cheias, ciclones e ventos. Por forma a garantir a continuidade das

aulas em zonas afectadas por estes eventos, normalmente são necessárias, tendas escola, material para os alunos, professores e equipamentos escolar.

O Sector planificou assistir pelo menos 51 mil crianças em idade escolar. Segundo a tabela abaixo, há uma disponibilidade significativa de tendas escola e kits dos alunos, mas por outro lado observa-se um défi ce em kits de professor, kit escolar, quadros portátil e lonas para cobertura.

Tabela 16: Meios necessários e existentes para resposta no Sector da Educação

Item	Quantidades em unidades		
	Total necessário	Disponível	Défice
Tendas Escola	60	60	-
Kit de Alunos	51 687	51 687	-
Kit de Professores	1 292	0	(1 292)
Kit Escola	442	442	-
Kit de Desenvolvimento da 1. ^a Infância	304	304	(0)
Quadros Portáteis	574	574	-
Lona 5x60 m	2 003	2 003	-
Lona p Cobertura	250	250	-

6.6. Apoio Psico-Social

O Sector da Mulher género Criança e Acção Social planificou prestar assistência psicossocial a cerca de 41 mil crianças que possam ser afectadas pelas intempéries prevista na presente época

chuvosa bem como ao nível das famílias deslocadas que estejam em centros de acomodação ou Bairros de Reassentamento.

Assim, foi identificada uma necessidade de cerca de mil *Kits* de recreação, dos quais mais de metade estão disponíveis e sob gestão dos parceiros de cooperação.

Tabela 17: Material para Assistência Psico-Social necessário e disponível

Item	Quantidades em unidades		
	Total necessário	Disponível	Défice
<i>Kits</i> de recreação	1 050	559	(491)
Total	1 050	559	-491

6.7. Utensílios Domésticos

Na componente de utensílios domésticos para apoio às famílias mais necessitadas e alojadas nos Centros de acomodação, foram

arroladas as necessidades e disponibilidades tendo sido registados défices nas componentes de redes mosquiteiras, mantas, *kits* de dignidade, e outros, conforme a tabela 19.

Tabela 18: Utensílios Domésticos Necessário e disponíveis

Item	Quantidades em unidades		
	Total necessário	Disponível	Défice
<i>Kits</i> de Cozinha	22 017	21 010	(1 007)
<i>Kits</i> de Higiene	24 029	24 029	-
<i>Kits</i> de dignidade	14 417	6 219	(8 198)
Mantas	66 051	34 778	(31 273)
Esteiras	66 051	3 969	(62 082)
Colchoes	3 830	3 779	(51)
Redes Mosquiteiras	66 051	17 777	(48 274)
Copos Plasticos	15 000	10 797	(4 203)
Pratos Plasticos	15 000	4 039	(10 961)
Panelas Comunitarias	226	226	-
Bacias Plasticas	54	-	(54)

Para colmatar parte do défice identificado, o FGC está em processo de aquisição de 5 mil mantas e 2500 kits de higiene.

Tabela 19: Utensílios Domésticos em processo de aquisição pelo FGC

Item	Quantidades	Valor estimado (Contos)
Mantas para a Emergência	5000	7500,00
Kits de Higiene/ Dignidade	2500	5250,00

6.8. Materiais Necessários e disponíveis no Sector da Saúde

A tabela abaixo apresenta os materiais necessários para fazer face a resposta no sector da saúde, nas componentes de Material e equipamento médico, suplementos alimentares e despesas

com pessoal. Os materiais de saúde destinam-se a provisão de serviços de saúde aos afectados pelas ameaças identificadas neste plano bem como garantir a resposta à situação da COVID 19. Ver tabela 21

Tabela 20: Suplementos alimentares

Descrição	Custo Unitário	Quantidades			Valores (em Mts)		
		Necessidade	A ser coberto pelo OE	Défice	Necessidades	A ser coberto pelo OE	Défice
ASPU (tn)	182	509		509	92 638	0	-92 638
BP-5 (cx)	2	20 000		20 000	43 147	0	-43 147
CSB (ton)	72	511		511	36 537	0	-36 537
Leite terapêutico F100 (Latas)	5	3 236	200	3 036	14 890	920	-13 970
Leite terapêutico F75 (Latas)	4	1 478	100	1 378	5 878	398	-5 480
Plumpy Nut (Cx)	3	260 000	60 000	200 000	760 500	175 500	-585 000
Total					953 590	176 818	-776 771

Tabela 21: Serviços e despesas com o pessoal

Descrição	Custo Unitário (Contos)	Quantidades			Valores (Contos)		
		Necessidades	A ser coberto pelo OE	Défice	Necessidades	A ser coberto pelo OE	Défice
Ajudas de custo	42.00	500	500	0	21 000	21 000	0
Alimentação para doentes	1.00	16 800	16 800	0	16 800	16 800	0
Combustível	0.07	700 000	700 000	0	49 000	49 000	0
Comunicações	2.00	500	500	0	1 000	1 000	0
Contratação de pessoal	40.00	150	150	0	6 000	6 000	0
Passagens aéreas	40.00	200	200	0	8 000	8 000	0
Transporte	720.00	50	50	0	36 000	36 000	0
com o pessoal					137 800	137 800	0

Tabela 22: Material e equipamento médico

Descrição	Custo Unitário (Contos)	Quantidades			Valores (Contos)		
		Necessidades	A ser coberto pelo OE	Défi ce	Necessidades	A ser coberto pelo OE	Défi ce
Alcool Etílico		27 776	0	0	0.00	0.00	0.00
Aventais Plásticos	300	500		500	150.00	0.00	-150.00
Aventais Plásticos		500	0	0	0.00	0.00	0.00
Balança Pediátrica	27 000	250		250	6 750.00	0.00	-6 750.00
Baldes com Torneira	400	800		800	320.00	0.00	-320.00
Batas descartáveis		2 000	0	0	0.00	0.00	0.00
Cama Metálica para Cólera	6 000	1 000	1 000	0	6 000.00	6 000.00	0.00
Cateteres		1 614	0	0	0.00	0.00	0.00
Certeza em Fraco 150 gr	300	10 898		10 898	3 269.40	0.00	-3 269.40
Colchoes Hospitalares	6 804	600		600	4 082.40	0.00	-4 082.40
Fitas de Peso Branquial	486	1 000		1 000	486.00	0.00	-486.00
Hipoclorito (Baldes 1x25 kg)	1 944	3 000	1 500	1 500	5 832.00	2 916.00	-2 916.00
Kit Antimalárico		250 800	0	0	0.00	0.00	0.00
Kit Comunitário para Diarreia	3 000	3 500	500	3 000	10 500.00	1 500.00	-9 000.00
Kit de dispensador	4 000	377		377	1 508.00	0.00	-1 508.00
Lactato de ringier		24 000	0	0	0.00	0.00	0.00
Luvas Descartáveis		463 000	0	0	0.00	0.00	0.00
Luvas Descartáveis	20	463 000		463 000	9 260.00	0.00	-9 260.00
Máscaras de Protecção		531 700	0	0	0.00	0.00	0.00
Material de IEC	500	10 000		10 000	5 000.00	0.00	-5 000.00
Material de limpeza (litros)		203	203	0	0.00	0.00	0.00
Megafone	8 000	100		100	800.00	0.00	-800.00
Pilhas Para Termómetros		194	194	0	0.00	0.00	0.00
Redes Mosquiteiras		76 746	0	0	0.00	0.00	0.00
Roupa hospitalar	2 000	600	600	0	1 200.00	1 200.00	0.00
Sabão Bingo		108 000	108 000	0	0.00	0.00	0.00
Sacos Necrológicos	4 050	114		114	461.70	0.00	-461.70
Tenda Hospitalar 24 m2 (6 camas)	120 000	100		100	12 000.00	0.00	-12 000.00
Tenda Hospitalar 72 m2 (camas)	180 000	100		100	18 000.00	0.00	-18 000.00
Termómetro Digital	300	250		250	75.00	0.00	-75.00
Termómetro Infra-Vermelho	8 000	440		440	3 520.00	0.00	-3 520.00
Tocas		250 000	0	0	0.00	0.00	0.00
Tocas	50	250 000		250 000	12 500.00	0.00	-12 500.00
Material e equipamento médico					101 715	11 616	-90 099

6.9. Agricultura

O MADER, estima em cerca de 10 mil toneladas de semente diversa necessária para colmatar eventuais perdas de culturas devido a ocorrência de seca, cheias e ciclones Ver tabela 24.

Tabela 23: Necessidades para resposta no sector da Agricultura

Item	Quantidades em unidades		
	Total necessário	Disponível	Défi ce
Sementes diversas	9 512	-	(9 512)
Enxadas	42 637	1 200	(41 437)
Pulverizadores	42 637	17	(42 620)
Catanas	85 273	34 050	(51 223)
Machados	85 273	33 550	(51 723)

Para colmatar parte do défice identificado, o FGC está em processo de aquisição de diversos insumos agrícolas, conforme a tabela 25.

Tabela 24: Insumos agrícolas em processo de aquisição pelo FGC

Item	Quantidades	Valor Estimado (contos)
Sementes diversas	6322	4 855.00
Semente de Rama da Batata-Doce	100	1 000.00
Semente de Estaca de Mandioqueiras	11500	1 000.00
kits de insumo agrícola	600	3 000.00
Aquisição de 3.000 kit de emergência (ração de reserva).	3000	8 000.00
Aquisição de 30 Kit de vacinas	30	300.00
Aquisição de 500 kit de drogas (caracecida)	500	4 000.00

A iniciativa piloto de estabelecimento de um Sistema de Aviso Prévio no âmbito da Seca, o Governo conta um apoio financeiros do Programa Mundial para Alimentação, no valor de 46.6 milhões de MZN (Quarenta e Seis Milhões e Seiscentos Mil Meticais), para a implementação dos Planos Distritais de Acções Antecipadas dos distritos piloto de Chibuto e Guijá, na

província de Gaza, bem como, nos distritos de Marara e Changara, na província de Tete, para assistir um total de cerca de 110.271 pessoas. Reconhecendo que estes fundos não serão suficientes há necessidade de mobilizar fundos adicionais para responder aos cenários de seca nestes e em outros distritos.

Tabela 25: Número de pessoas em risco de seca nos distritos piloto

Província	Distrito	População em risco de seca
Gaza	Chibuto	55 635
	Guijá	27 668
Tete	Marara	19 372
	Changara	7 596
Total		110271

6.10. Recursos Humanos

O sistema de Gestão e Redução do Risco de Desastres no País conta com uma estrutura

Desde o nível de base até ao nível central e que pode ser mobilizada, com a seguinte estrutura:

- O CCGD é presidido pelo Primeiro-Ministro e integra todos os membros do Conselho de Ministros dos sectores que intervêm directamente na área de gestão e redução do risco de desastres naturais.
- O CTGD é dirigido pelo Presidente do INGC e é constituído pelos Directores Nacionais dos sectores relevantes, indicados pelos Ministros membros do CCGD.
- A Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC) é o órgão interventivo do CENOE em operações de emergência e tem como missão principal realizar operações de busca, salvamento e assistência humanitária.

d) O CENOE é uma estrutura de coordenação multisectorial e de tomada de decisões onde convergem representantes de instituições do Governo, Sociedade Civil e grupos de actores que participam directamente nas operações de resposta à desastres.

e) A Equipa Humanitária Nacional (HCT), que complementa os esforços do Governo nas acções de planificação, coordenação, gestão e resposta aos desastres, está organizada em grupos especializados de trabalho, nomeadamente Educação, Protecção, Saúde, Nutrição, Água e Saneamento, Segurança Alimentar, Abrigo, Logística, Telecomunicações de Emergência e Recuperação Inicial.

f) Ao nível das comunidades mais vulneráveis existem em prontidão Comitês Locais de Gestão do Risco de Desastres que dinamizam as actividades de prontidão, resposta e recuperação junto da comunidade.

A tabela 27 apresenta o número de membros de cada órgão acima descrito

Tabela 26: Recursos Humanos disponíveis em caso de emergência

Local	CCGC	CTGC	COE	Regiões do INGD	UNAPROC (incluindo Desdobramento por Regiões)	Equipa Humanitária Nacional	Total
Nível central	17	14	28				59
Maputo Cidade		57					57
Maputo Província		27	54				81
Gaza		27	54				81
Inhambane		27	54				81
Sofala		27	54				81
Manica		27	54				81
Tete		27	54				81
Zambezia		27	54				81
Nampula		27	54				81
Niassa		27	54				81
Cabo Delgado		27	54				81
Total	17	341	568	30	925	900	2 781

Os 900 oficiais humanitários provenientes da equipa Humanitária Nacional provêm de 8 Agências das Nações Unidas, 33 Organizações Não-Governamentais Internacionais e 21 Organizações Não-Governamentais Nacionais.

7. Recursos Financeiros Necessários e Disponíveis

As bases para o cálculo do orçamento deficitário são:

- As actividades previstas nos períodos de prontidão, resposta e recuperação, sobretudo, aquelas que não coincidem com o curso normal do funcionamento das instituições;
- A necessidade de aquisição de produtos e materiais diversos para cobrir défices arrolados no PC, incluindo a situação prevalente dos deslocados de guerra;
- A necessidade de cobrir as despesas com a logística, com as operações de busca e salvamento, a gestão de centros de acomodação temporária, o pré-posicionamento de meios, a monitoria permanente

dos eventos, para além da operacionalização de todo o sistema de coordenação; e

- A necessidade de cobrir as despesas para assistência aos deslocados causados pelos ataques armados nas zonas norte e centro do país, e a situação da COVID-19.

A tabela a baixo apresenta a valoração dos materiais e equipamentos necessários e disponíveis, bem como os serviços necessários arrolados no capítulo anterior, sobre materiais e equipamentos necessários e disponíveis. Assim, numa análise global, os materiais e serviços necessários para um cenário máximo estão estimados em cerca 13.5 mil milhões de meticais e os materiais disponíveis, em cerca de 1.6 mil milhões. Contribui para o elevado orçamento, a prevalência da situação da COVID-19 e da situação de deslocados devido aos ataques armados na zona Centro do País e na província de Cabo Delgado. O detalhe das tabelas com a descrição e com a composição de cada item da tabela, consta do anexo 28.

Tabela 27: Valoração dos materiais e serviços necessários disponíveis.

(103 Mnz)

	Necessário	Disponível
Abrigo e Socorro	1 181 761.75	241 992.82
Água e Saneamento	326 297.48	112 689.96
Assistência Alimentar	6 735 652.65	622 327.30
Saúde e Higiene	1 193 104.20	326.20
Utensílios Domésticos	248 738.75	161 485.78
Educação	69 772.13	67 833.00
Apoio Psicossocial de Protecção e Recreação	3 150.00	1 677.00
Agricultura	172 925.00	34 188.90
Monitoria e Coordenação	88 007.68	400 000.00
Logística	1 717 783.34	-
Outros Serviços	1 810 929.42	-
Total	13 548 122.40	1 642 520.96

7.1 Orçamento por Cenários

O Orçamento acima foi redistribuído igualmente por Sectores e por Cenários. Assim, foi considerada uma cifra de 40% do valor global estimado para o Cenário I, 73%, para o Cenário II e 100% para o Cenário III, conforme a tabela a baixo.

Neste sentido, o Cenário I está orçado em 5.4 mil milhões, o Cenário II em cerca de 10 mil milhões e o cenário III, Cerca de 13.5 mil milhões.

Tabela 28: Resumo do Orçamento Global por Cenários

(10³ MZN)

Sectores	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Distritos	71 529.20	167 474.27	182 619.42
Secretaria de Estado	1 200.00	1 200.00	1 200.00
INGD	3 234 567.04	6 882 501.73	9 604 925.38
MDN	403 279.35	706 932.44	1 007 824.76
MADER	128 419.80	199 119.30	247 314.27
MOPHRH	317 529.56	277 452.84	372 745.98
MINEDH	48 213.14	111 357.99	130 436.70
MISAU	524 965.85	894 828.15	1 193 104.20
MGCAS	8 806.55	14 069.70	20 642.74
MITA	20 298.25	28 805.30	32 106.20
GABINFO/ICS	100 821.00	101 730.00	102 033.17
MTC	47 996.17	27 728.20	47 530.40
MIC	6 255.45	9 584.10	10 909.16
MINT	3 648.92	5 079.30	5 471.88
MIREM	504 596.77	530 898.00	557 736.44
MMAIP	13 579.50	1 929.00	17 506.05
MCTESTP	701	370	1 433.00
MEF	1 239.88	1 464.75	5 297.75
MICULTUR	3 278.21	5 463.68	7 284.90
MICULTUR	5 440 925.63	9 967 988.75	13 548 122.40

7.2. Orçamento disponível para a implementação do Plano de Acções Antecipadas no âmbito da Seca, nos distritos piloto.

A iniciativa piloto de estabelecimento do Sistema de Aviso Prévio no âmbito da Seca, descrito no capítulo sobre acções

de Prontidão, Resposta e Recuperação, tem o financiamento do PMA, no valor de **46.600.000,00 MZN** (Quarenta e Seis Milhões e Seiscentos Mil Meticais). Este valor vai garantir intervenções para a promoção da segurança alimentar bem como protecção social nos distritos abrangidos pelo Piloto.

Tabela 29: Orçamento disponível para os Planos de Acções Antecipadas no âmbito da Seca

Descrição	Custo total (Contos MZN)
Intervenções de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	15,000.00
Programas de protecção social	31,600.00
Total	46,600.00

7.3. Orçamento Disponível para o Plano de Contingência 2021-2022

O valor total disponível para financiar o presente PC, resulta da combinação dos diversos esforços do Governo e parceiros de cooperação, isto é, foram contabilizados os fundos alocados ao

FGC no Orçamento do Estado; a contribuição do Banco Mundial ao FGC para 2022, no âmbito da implementação do Programa de Redução do Risco de desastres e Resiliência; os materiais e equipamentos arrolados no PC e valorados. Assim, o valor disponível para 2022, está estimado em cerca de 2.2 mil milhões de meticais.

Tabela 30: Disponibilidade para a cobertura das necessidades do PC 2022(10³ MZN)

Fontes de financiamento - PC 2021/2022	Valor disponível (103)
Saldo em Outubro de 2021	0
Orçamento Inscrito no OE 2022	200 000.00
contribuição do BM 2022	315 000.00
Valoração dos materiais disponíveis no PC	1 642 520.96
Contribuição do PMA para resposta a seca	46 600.00
Total	2 204 120.96

7.4. Análise do Orçamento adoptado

A análise do Risco inicialmente feita no presente documento induziu a adopção do Cenário II como aquele que mais poderá aproximar-se a eventuais acontecimentos. Orçamento Global projectado para responder aos eventos previstos no Cenário II, incluindo a Monitoria, Logística, Manuseamento e Transporte

de bens para Assistência Humanitária é de cerca 10,00 mil milhões de meticais.

A sistematização de todos os esforços do Governo e parceiros de cooperação, monetária e em espécie. Está avaliada em cerca de 2.2 mil milhões de meticais. Assim, o Défice do presente PC é estimado em cerca de cerca de 7,8 mil milhões de meticais.

Tabela 31: Orçamento adoptado para o PC, disponível e Défice

Descrição	Orçamento (10 ³ MZN)
Orçamento do Cenário II	9 967 988.75
Recursos Disponíveis	2 204 120.96
Défice	-7 763 867.79

8. Mecanismos de Coordenação, Revisão e Monitoria

8.1. Conselho Coordenador de Gestão e Redução do Risco de Desastres (CCGRD)

O CCGD é presidido pelo Primeiro-Ministro e integra todos os membros do Conselho de Ministros dos sectores que intervêm directamente na área de gestão e redução do risco de desastres naturais. O CCGD tem como responsabilidade garantir a coordenação das operações de emergência e a implementação do Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2017-2030.

8.2. Conselho Técnico de Gestão e Redução do Risco de Desastres (CTGRD)

O CTGD é dirigido pelo Presidente do INGD e é constituído pelos Directores Nacionais dos sectores relevantes, indicados pelos Ministros membros do CCGD. O CTGD tem como principal responsabilidade coordenar os sistemas sectoriais de aviso prévio sobre iminência de desastres de origem meteorológica, hidrológica, geológica, epidemias e segurança alimentar e garantir a implementação multisectorial dos diversos planos no âmbito da redução da vulnerabilidade e gestão do risco de desastres. Podem ser convidados para o CTGD representantes da HCT e do sector privado.

8.3. Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE)

O CENOE é uma estrutura de coordenação multisectorial e de tomada de decisões onde convergem representantes de instituições do Governo, Sociedade Civil e grupos de actores que participam directamente nas operações de resposta à desastres. O objectivo do CENOE é implementar acções de prevenção, mitigação e resposta aos desastres, incluindo monitoria dos eventos extremos e gestão das operações de emergência.

O CENOE é coordenado pelo INGD e tem a sua sede em Maputo e representações operacionais em Vilanculos (Inhambane), Caia (Sofala) e Nacala (Nampula). Nas províncias, os Centros Operativos de Emergências (COEs) representam o desdobramento do CENOE.

A Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC) é o órgão interventivo do CENOE em operações de emergência e tem como missão principal realizar operações de busca, salvamento e assistência humanitária.

8.4. Sectores do CENOE: Papeis e Responsabilidades

O CENOE está subdividido em quatro sectores principais: (i) *Planificação e Informação*, liderado pelo Ministério da Economia e Finanças (ii) *Infraestruturas*, liderado pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, (iii) *Social*, liderado pelo Ministério da Saúde e (iv) *Comunicação*, liderado pelo Gabinete de Informação. Cabe a cada um dos sectores:

- Liderar os respectivos sectores em todo o processo de gestão e redução do risco de desastres;
- Elaborar de forma atempada e operacionalizar os planos de respostas;
- Assegurar a participação e colaboração activa das contrapartes sectoriais da HCT na coordenação e implementação da resposta;
- Partilhar informação entre os sectores sobre as acções de resposta as emergências;
- Realizar avaliações multisectoriais das operações de emergência, assistência humanitária e reconstrução pós-emergência;
- Elaborar os relatórios balanços sectoriais pós emergência.

8.5. Complementaridade das Acções da Equipe Humanitária Nacional (HCT)

A Equipa Humanitária Nacional (HCT), que complementa os esforços do Governo nas acções de planificação, coordenação, gestão e resposta aos desastres, está organizada em grupos especializados de trabalho, nomeadamente *Educação, Protecção, Saúde, Nutrição, Água e Saneamento, Segurança Alimentar, Abrigo, Logística, Telecomunicações de Emergência e Recuperação Inicial*.

Estes grupos estão integrados nos quatro sectores do CENOE (Planificação e Informação, Infraestruturas, Social e Comunicação) e estão alinhados com as respectivas contrapartes ministeriais. O alinhamento contribui para redução da duplicação de esforços e de recursos bem como para maximização do uso eficiente dos recursos e a preservação dos direitos e dignidade das populações afectadas e sua participação ao longo de todo o processo de gestão e redução do risco de desastres.

A nível provincial, foi institucionalizado o papel do ponto focal da HCT como uma prática e um mecanismo de coordenação da resposta a este nível. O ponto focal provincial do HCT representa o coordenador da HCT a nível provincial e é responsável por apoiar e facilitar a coordenação com as autoridades do Governo na província através da coordenação sectorial/*cluster*, incluindo a coordenação com o INGD e entre os actores humanitários para complementar os esforços da resposta a emergência.

A HCT, através dos seus sectores, tem providenciado apoio técnico, material e financeiro de modo a aumentar a capacidade de resposta dos sectores do Governo, observando os padrões internacionais e princípios humanitários que regem a gestão e resposta a situações de emergência.

Na perspectiva de garantir um alinhamento entre as acções planificadas pelo Governo e o apoio dos parceiros de cooperação, foram integrados nos sectores do Governo os meios humanos e materiais existentes bem como o tipo de intervenção a ser efectuada nas fases de prontidão, resposta e recuperação.

Organigrama do Mecanismo de Coordenação entre o Governo e Equipe Humanitária

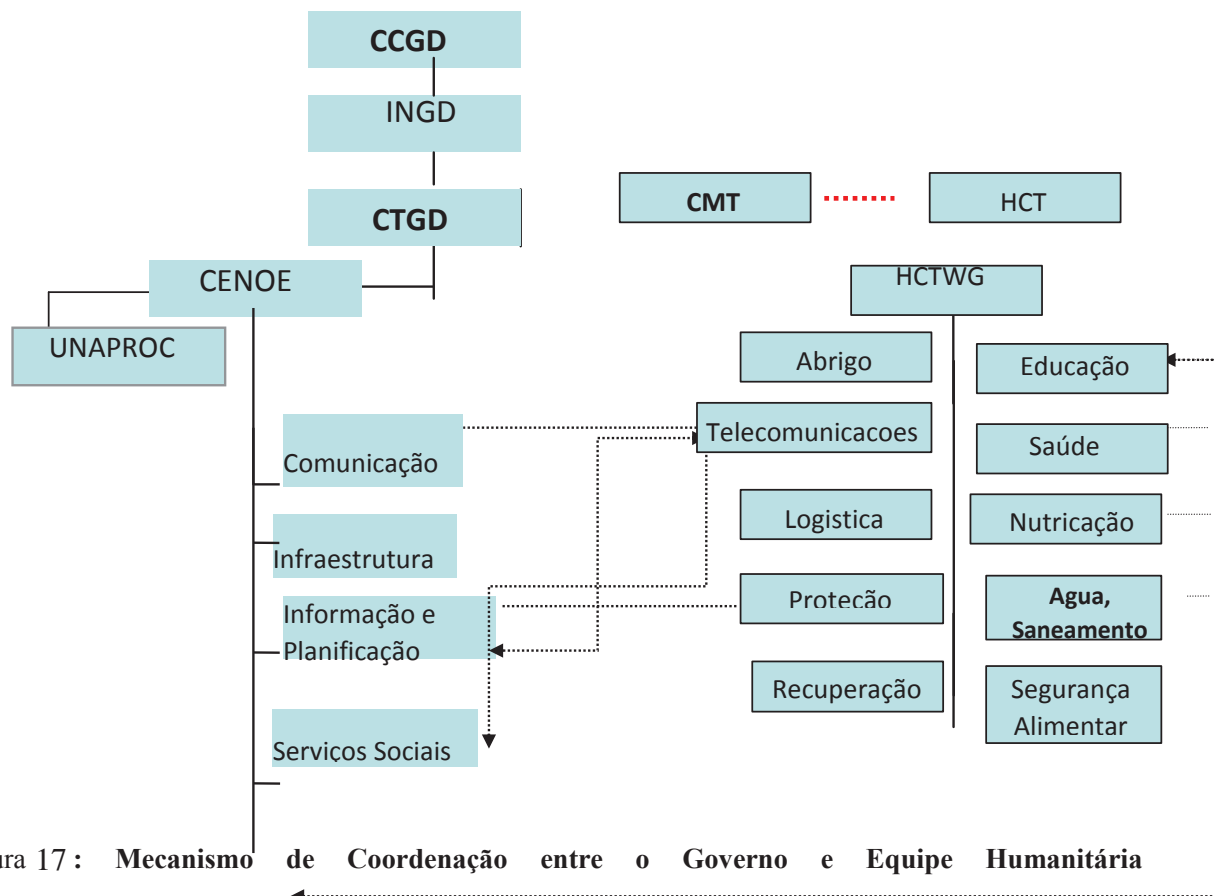


Figura 17: Mecanismo de Coordenação entre o Governo e Equipe Humanitária

Anexos

Anexo 1: Orçamento por Sectores e Províncias – Cenário I, PC 2021-2022

Nível Central			INGD	MADER	MOPHRH	MDN	MINEDH	MISAU	MGCAS	MITA	GABINFO	MTC	MIC	MINT	MIREME	MMAIP	MCTESTP	MICULTUR	MEF	TOTAL
			3 182,007,45	69 170,00	274 377,25	403 279,04	27 908,85	513 409,10	1 260,00	6 450,98	800,00	44 579,37	3 930,20	1 187,00	501 945,99	11 764,50	0,00	3278,21	900,00	5 046 247,94
Nível Provincial	Distrito	SP		DPASA	DPOPHRH		DPEDH	DPS	DPGCAS	DPTADT	Deleg. Prov. ICS		DPIC	Sh-total	DPREME	DPMAIP	DPCTESTP	MICULTUR	SPEF/DPEF	Total
	Maputo C.	0,00	10 619,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	10 619,00
	Maputo Prov.	4 278,40	4 989,38	3 361,52	4 179,19		0,00	481,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00		0,00	13 411,29
	Goza	1 115,00	6 000,00	200,00	400,00		200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	7 800,00
	Inhamitanga	13 440,60	1 990,59	1 749,08	9 996,80		1 998,89	1 690,00	1 180,00	599,00	99 200,00	550,00	699,80	0,00	1 090,00	870,00	0,00		0,00	121 614,16
	Sofala	3 407,10	6 809,04	2 779,00	20 979,02		244,19	1 595,00	833,65	4 824,27	341,00	732,60	116,53	208,27	835,78	0,00	0,00		220,00	40 518,35
	Manica	1 065,00	3 100,00	265,00	75,00		195,00	325,00	65,00	175,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	65,00	0,00		100,00	4 515,00
	Zambezia	9 241,50	8 900,00	5 980,00	1 620,00		980,00	796,45	700,30	751,00	0,00	580,00	460,00	430,00	525,00	880,00	551,00		0,00	23 153,75
	Tete	15 807,60	500,00	39 935,20	1 612,30		12 600,00	3 529,30	467,60	5 098,00	0,00	314,00	157,33	268,60	0,00	0,00	0,00		0,00	64 482,33
	Nampula	13 436,00	3 950,00	1 930,00	650,00		950,00	650,00	550,00	1 600,00	180,00	305,00	90,82	255,00	200,00	0,00	0,00		0,00	11 310,82
	Cabo Delgado	7 395,00	3 000,00	2 100,00	1 950,00		1 636,21	500,00	3 000,00	0,00	100,00	500,00	400,97	550,05	0,00	0,00	150,00		0,00	13 887,23
	Niasa	2 343,00	2 701,38	950,00	1 690,00		1 500,00	1 790,00	550,00	600,00	0,00	285,00	200,00	350,00		0,00	0,00		19,88	10 636,26
	Sub Total	71 529,20	52 559,59	59 249,80	43 152,31	-	20 304,29	11 556,75	7 546,55	13 847,27	100 021,00	3 416,60	2 325,45	2 461,92	2 650,78	1 815,00	701,00	-	339,88	321 948,19
Total Geral	71 529,20	1 200,00	3 234 567,04	128 419,80	317 529,56	403 279,04	48 213,14	524 965,85	8 806,55	20 298,25	100 821,00	47 995,97	6 255,65	3 648,92	504 596,77	13 579,50	701,00	3 278,21	1 239,88	5 440 925,33

Anexo 2: Orçamento por Sectores e Províncias – Cenário II, PC 2021-2022

Nível Central		INGD	MADER		MOPHRH	MDN	MINEDH	MISAU	MGCAS	MITA	GABINFO		MTC	MIC	MINT	MIREME	MMAIP	MCTESTP	MICULTUR	MEF	TOTAL
											ICS										
		6 807 900.23	121 047.50	228 408.24	706 932.44	48 840.49	868 636.05	2 205.00	7 791.00	910.00	16 773.00	6 263.00	1 735.00	527 043.30	290.00	0.00	5 463.68	1 200.00	9 351 638.93		
Nível Provím	Distrito	SP	DPASA	DPOPHRH		DPEDH	DPS	DPGCAS	DPTADR	Dele Prov ICS	DPTC	DPTC	Sub-total	DPREME	DPMAP	DPTCTESTP		DPEF	Total		
Maputo C.	0.00	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Maputo C.	0.00	10 619.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	10 619.00	
Maputo Prov.	5 348.00	4 740.10	3 193.40	3 970.20		0.00	456.90	0.00	0.00	0.00	95.00	0.00	380.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	18 183.60	
Goza	750.00	985.00	100.00	400.00		100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	2 935.00	
Inhambane	23 515.10	2 579.90	2 079.50	11 779.20		2 209.40	2 960.00	1 293.30	629.90	99 200.00	1 760.40	790.50	0.00	2 098.00	899.00	0.00	0.00	0.00	0.00	151 794.20	
Sofala	7 705.30	13 169.00	7 008.80	17 640.00		1 704.20	2 951.50	1 233.60	10 725.50	495.00	1 906.60	132.40	373.80	506.70	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	65 552.40	
Manica	2 115.00	4 630.00	365.00	70.00		340.00	470.00	90.00	300.00	0.00	365.00	0.00	0.00	0.00	0.00	170.00	225.00	0.00	0.00	9 140.00	
Zambezia	12 766.00	13 526.90	8 430.00	2 205.00		2 480.00	3 624.40	730.20	860.00	0.00	1 501.00	380.00	871.00	610.00	740.00	0.00	0.00	0.00	0.00	48 724.50	
Tete	21 784.70	3 000.00	40 935.10	1 121.20		985.90	3 529.50	467.60	5 098.90	0.00	517.20	157.30	268.60	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	77 866.00	
Nampula	73 022.00	10 850.00	9 560.00	6 259.00		50 800.50	4 150.00	1 450.00	2 100.00	725.00	2 825.00	460.00	400.00	640.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	163 241.50	
Cabo Delgado	18 395.00	6 200.00	5 200.00	4 000.00		2 697.50	6 000.00	6 000.00	0.00	300.00	1 660.00	800.90	700.90	0.00	0.00	200.00	0.00	0.00	0.00	52 154.30	
Niasa	2 073.17	4 301.40	1 200.00	1 600.00		1 200.00	1 950.00	500.00	1 000.00	0.00	225.00	500.00	350.00	0.00	0.00	0.00	39.75	0.00	0.00	14 939.32	
Sub Total	167 474.27	1 200.00	78 071.80	49 044.60	-	62 517.50	26 192.30	11 864.70	20 814.30	100 820.00	10 955.20	3 321.10	3 344.30	3 854.70	1 639.00	370.00	-	264.75	615 149.82		
Total Geral	167 474.27	1 200.00	199 119.30	277 452.84	706 932.44	111 357.99	894 828.35	14 069.70	28 805.50	101 730.00	27 728.20	9 584.10	5 079.30	530 898.00	1 929.00	370.00	5 463.68	1 464.75	9 967 988.75		

Anexo 3: Orçamento por Sectores e Províncias – Cenário III, PC 2021-2022

Nível Central	Distrito	SP	INGD	MADER	MOPHRH	MDN	MINEDH	MISAU	MGCAS	MITA	GABINFO		MTC	MIC	MINT	MIREME	MMAIP	MICULTUR	MCTESTP	MEF	TOTAL
											ICS										
	0.00	0.00	9 537 090.37	172 925.00	326 297.48	1 007 824.00	53 043.00	1 193 104.20	8 000.00	16 665.00	1 120.00		36 471.00	7 268.00	2 135.00	552 140.59	12 940.95	7 284.00	0.00	1 400.00	12 935 708.59
Nível Provincial	Distrito	SP		DPASA	DPOPHRH		DPEDH	DPS	DPCGAS	DPDTA	Deleg Prov ICS	Sh-total	DPIC	Sh-total	DPMAIP	DPREME			DPCTESTP	DPEF	
	Maputo C.	1 400.00		0.00	0.00		0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	12 019.00
	Maputo Prov.	5 807.90		3 697.67	4 597.10		0.00		0.00	0.00	0.00	110.00	0.00	440.00	0.00	275.00			0.00	0.00	20 416.17
	Gaza	1 050		910.00	200.00	600.00	200.00		200.00	200.00	200.00	200.00	20.00	20.00	20.00	0.00	0.00		0.00	0.00	3 800.00
	Inhamitanga	30 045.70		4 597.90	2 476.97	13 398.80	2 987.90		1 999.89	997.98	99 200.07	1 899.60	899.90	899.90	0.00	2 970.87	920.10		0.00	0.00	162 395.67
	Sofala	4 681.33		5 375.00	879.53	5 551.00	573.10		233.65	4 824.27	208.10	1 306.60	160.34	309.00	875.99	0.00	0.00		0.00	0.00	24 977.91
	Manica	2 750.00		4 700.00	130.00	100.00	214.50		100.00	350.00	0.00	450.00	0.00	0.00	0.00	0.00	150.00		200.00	300.00	9 444.50
	Zambezia	18 954.00		12 500.00	8 810.00	5 672.80	3 620.00		978.60	870.00	0.00	1 824.00	460.00	899.00	760.00	770.00			970.00	0.00	57 088.40
	Tete	10 147.04		500.00	39 935.10	1 412.30	12 600.00		467.60	5 098.95	0.00	517.20	157.33	268.60	0.00	1 000.00			0.00	0.00	72 104.12
	Nampula	78 146.18		11 547.00	9 560.00	7 307.00	52 400.50		1 450.00	2 100.00	805.00	2 825.00	543.00	400.00	989.00	1 200.00			0.00	0.00	169 272.68
	Cabo Delgado	27 464.10		7 346.70	7 500.00	6 095.50	3 597.70		6 713.00	0.00	500.00	1 809.50	900.59	800.28	0.00	250.00			263.00	3 597.75	66 852.12
	Niasa	2 173.17		4 251.70	1 200.00	1 700.00	1 200.00		500.00	1 000.00	0.00	117.50	500.00	200.00	0.00	0.00			0.00	0.00	12 842.37
	Sub Total	182 619.42	1 200.00	67 835.80	74 389.27	46 448.50	77 393.70	-	12 642.74	15 441.20	100 913.17	#####	3 641.16	3 336.88	3 336.88	5 595.86	4 565.10	-	1 433.00	3 897.75	611 212.94
	Total Geral	182 619.42	1 200.00	9 604 926.17	247 314.27	372 745.98	130 436.70	1 193 104.20	20 642.74	32 106.20	102 033.17	47 530.40	10 909.16	5 471.88	5 471.88	557 736.44	17 506.05	7 284.00	1 433.00	5 297.75	13 548 121.52

Anexo 4. Lista de contactos

Lista de contactos dos Membros do CTGC Central e Regional			
Nome	Função	Contacto	Email
Luisa Celma Meque	Presidente	827035320	nandele@yahoo.com
Belém Monteiro	Vice-Presidente	822882835	belemmonteiro@yahoo.com.br
Adérito Aramuge	Director-Geral	825816940	acelso73@yahoo.com
Maria da Gloria B. Siaca	Directora-Geral do	845950856	glorysiaca@gmail.com
Fárida da Costa	Directora-Geral	+258844202116 e 820889468	faridacabdula@gmail.com
Veronica Namashulua	Directora-Geral das Pescas	824014470	fkimashulua@gmail.com
Adriano Sênvano	Director Geral	823216400	senvano@inami.gov.mz
Miguel Coanai	Director Nacional	84 588 0032/87 561 5253	mtcoanai@yahoo.com
Momed Jutha	Director Nacional	823071668	mpjutha@gmail.com
Raul Muntevuie Junior	Director Nacional	+258 84 500 8128	bombatejunior@gmail.com.
Nilza Paunde	Directora Nacional	843015439	nilza.joubert@gmail
Messias Macie	Director Nacional	823106730 844516575	m.macie@dngrh.gov.mz
Abdul Issufo	Director Nacional	82-45 08 100	abalissufo@yahoo.com.br
Pedro Alberto Cossa	Director Nacional	+258 84 522 2284	pedrocossa23@gmail.com
Zulmira Augusto Macamo	Directora Nacional	843023538 823250240	estrelamacamo@gmail.com
Eugenio de Amarante Antonio	Director Nacional	844043655/825783568	eugeniojedroc@yahoo.com.br
Pascoal Bacela	Director Nacional	823108870	pbacela1@gmail.com
António Pacheco Dias Lima	Director Nacional	840284825	pecheco69@yahoo.com.br
Ferosa Zacarias Chaúque	Directora Nacional	872213780	faridacabdula@gmail.com
Joaquim Langa	Director Nacional	844414152 823189840	Joaquin.langa@gmail.com
Sofia Santos	Directora Nacional	843211903	santos.sofia6@gmail.com
Anibal Fernando	Director Nacional	861920920	
Hélder Boaz Paulo Sueia	Director Regional	842647164/869398520	helsueia@yahoo.com
Lurdes Daniel	Directora Regional	824224360/847128764	lurdes.leopoldina@gmail.com
Gilberto Miguel	Chefe do Departamento tecnico	840513318/ 870513318	
Benigna Maia	Directora Adjunta da Saude Publica	843116547	bmaia69@yahoo.com.br
Abílio Santos Simão	Director Nacional	82836320	abiliosantossimao@gmail.com

Lista de contactos Cidade de Maputo			
Nome	Função	Contacto	Email
Vicente Joaquim	Secretária de Estado, Cidade de Maputo		
Custódia Paulo	Directora do Gabinete da Secretária de Estado	844672361	
Eneas da Conceição Comiche	Coordenador/Presidente do Conselho Municipal		
Esselina Muzima	Delegada do INGD Cidade de Maputo	845375942 – 82 313 7040	emuzima19@gmail.com
Maria Valente Nhacale	Vereadora do Distrito Municipal KaMpfumu	824958780	
Domingas de Sousa	Vereadora do Distrito Municipal KaMaxakeni	846229176	
Lomelino Matavel	Vereador do Distrito Municipal KaMavota	842702218	
Zeferino Chioco	Vereador do Distrito Municipal Nlhamankulu	849199115	
Rui Matusse	Vereador do Distrito Municipal KaMubukwana	849527548	
Celso Fulano	Vereador do Distrito Municipal KaTembe	827764860	
Alexandre Xavier Muianga	Vereador do Distrito Municipal KaNyaka	846000000	

Lista de contactos Província de Maputo			
Victória Diogo	Secretária de Estado da Província		
Rui Manuel Nanlipa	Director do Gabinete Secretário de Estado	864788880/844888880	ruinanlipa45@gmail.com
Amir Abdula	Delegado Provincial INGD - Maputo	827851247	Aabdula2001@gmail.com
Administradores Distritais			
Nome	Função	Contacto	Email
Lazaro Manuel Mbambamba	Administrador de Magude	829020760	
Cristina de Jesus Xavier Mafumo	Administradora de Manhica	824715940	
Ahamad Shafee Ismail Sidat	Administrador Marracuene	843002020	
Teresa Helena	Administradora do Distrito Moamba	844478980/87222005	
Juliana Cornélio Nwitu	Administradora Matutuine	865499785	
Suzete Alberto Dança	Administradora do Distrito Namaacha	827826280	
Teresa Helena Boaventura Mauaie	Administradora Boane	844478980	

Lista de contactos Província de Gaza			
Nome	Função	Contacto	Email
Amosse Júlio Macamo	Secretário de Estado na Província de Gaza		
Samuel António Buanar	Director do Gabinete do Secretário de Estado	823082981/849601509	buanarsamuel1@gmail.com
Teixeira C. Almeida	Delegado Provincial INGD - Gaza	825475724/846589395	almeidateixeira83@gmail.com
Administradores Distritais/Secretario Permanente			
Eceu da Natividade Muianga	Administrador do Distrito de Chókwè	828659290/844452422/821505979	eeceumuianga@yahoo.com.br
Artur Manuel Macamo	Administrador do Distrito Chigubo	861391253/823224300/843224300	arturmacamo1@hotmail.com
Esmeralda Aurelio Mutemba	Admnistradora do Distrito de Massingir	861391253	
Carlos Esteline Mateus Buchili	Administrador do Distrito de Chongoene	828417061	buchili@hotmail.com
Matias Albino Parruque	Administrador de Bilene	826597598/843597598	matiasparruque@gmail.com
Cacilda Banze	Administradora do Distrito de Chicualacuala	84/87 5034467	
Jaime Alberto Mugabe	Administradora do Distrito de Guijá	828109710/864013100	mugabejames@gmail.com
Sancho Helder James Humbane	Administrador do Distrito de Massangena	872653200/842753200	sanchojameshumane@gmail.com
Narciso Nhamohuco	Admnistrador do Distrito de Mapai	870717601/826687240/840495489	n.nhamuhuco@gmail.com
Plauto Emerson Bila	Coordenador de Mandlakaze	868727010	
Joaquim R. Mondlane	Secretario Permanente	844933762	joamondlane@gmail.com
Jose Balane Langa	Secretario Permanente	861256107	balanelanga@gmail.com
Adolfo Manuel Agostinho Macie	Director SDPI	860069074	adomacie@hotmail.com

Lista de contactos Província de Inhambane			
Nome	Função	Contacto	Email
Ludmila M. R. Maguni	Secretária de Estado da Província		
Ricardo António Nhacuongue	Director do Gabinete do Secretario de Estado	824045480	ricardo.nhacuongue@gmail.com
Cândido Sinai Mapute	Delegado Provincial INGD - Inhambane	840100002	candidomapute@gmail.com
Administradores Distritais			
Nome	Função	Contacto	Email
Americo Assane Adamugi	Administrador da Cidade de Inhambane	869156644	
Mércia Rabeca Jacinto Cossa	Administradora de Panda	866514046	
Azarias Xavier	Administrador de Jangamo	823222290	azarias_xavier@yahoo.com.br
José Jeremias	Administrador de Massinga	824867950	jjeremias00@gmail.com
			gdmassinga@gmail.com
Elsa Maria da Conceição Tomo	Administradora de Inharrime	840667058/ 863536187	elsa.tomo@yahoo.com.br
Josina Gilda Chissico Joaquim	Administradora de Homoine	822712380	josina.gildajoaquim@gmail.com
Fernando Doda Muzobingua	Administrador de Govuro	867517853	dodafernando@gmail.com
Luis Libombo	Administrador de Funhalouro	844027216/ 879762510	governodefunchalouro@gmail.com
Dulce Eugenia E A. Canhemba Cuna	Administradora de Inhassoro	843136012/ 823887240	madu260397@gmail.com madu260397@yahoo.com.br
Maria do Céu B. Cumbana	Administradora de Maxixe	820008666/ 871772557	ceu.cumbana@gmail.com
Dário Felisberto Machava	Administrador de Zavala	828133226/ 878404864	dfmachava@yahoo.com.br
Carlos Eduardo Mussanahe	Administrador de Mabote	873034394	cemussanhane@gmail.com
Moguene Candieiro	Administrador de Morrumbene	843806620	cadieiro20@gmail.com
Edmundo Galiza Dimande Matos	Administrador de Vilankulo	843941020	galizamatosjr@hotmail.com

Lista de contactos Província de Sofala			
Nome	Função	Contactos	Email
Stela G. Pinto Zeca	Secretaria do Estado da Província de Sofala	847405305	
Eduardo António Macário	Director de Gabinete da Secretaria do Estado	848187540/877610517	edmacario64@gmail.com
Aristides Armando	Delegado Provincial INGD - Sofala	825475724/846589395	aristides.armando@gmail.com
Administradores Distritais/Secretários Permanentes			
José Paulo Mavume Mutaroma	Administrador do Beira	827727914/860602618	josemavume14@gmail.com
Maria Bernadete Roque	Administradora de Dondo	824392770/844392770	mariacipmieno002@gmail.com
Adamo A. Osumane	Administrador de Nhamatanda	846151387/861701910	ossumaneadamo@gmail.com
Dortea Hércules Ambrósio	Administradora de Muanza	875693013	dorteaambrosio21@gmail.com
Maria Waite Nhama	Administradora de Cheringoma	847179073	mariawaitejuliasse@gmail.com
Luis Sidione Nhanzozo	Administrador de Gorongosa	860450037/846652058	inhanzozo@gmail.com
Heriqueta Custodio do Rosario	Administradora de Marromeu	876783471/842921971	quetadorosario@gmail.com
Nobre Roque dos Santos	Administrador de Caia	864674008/859190864	nobresantoss@gmail.com
Paulo Lucas Quembo	Administrador de Chemba	849263011/861727430	pquemboraposo@gmail.com
Maria Almija Pulseira	Administradora de Maringue	824674610	almijanene@gmail.com
Natália Fernando Chivambo	Administradora de Machanga	874233850/844233851	natychivambo76@gmail.com
Tome Jose	Administrador de Chibabava	874532000/852986000	tomejosemapossa@gmail.com
Joao Saize Duarte	Administrador de Buzi	861725779/826010390	jsaizeduarte@gmail.com
Ferdirico Meque	Secretario Permanente da Beira	848210823/878210823	derfeuqem@gmail.com
Caetano Benedito	Secretario Permanente de Nhamatanda	861902790/849259288	caetanobenedito@gmail.com
Sande Chivandisse Mucota	Secretario Permanente de Muanza	825756820/861699248	sandemucota@gmail.com
Eduardo Issá	Secretario Permanente de Cheringoma	849238689/825660560	eduardoissa4@gmail.com
Ana Maria Chirinda	Secretaria Permanente de Gorongosa	825837396/865837396	anammmjquim@gmail.com
Joao Manuel Alberto	Secretario Permanente de Marromeu	865820380	joamanuelalberto@gmail.com
Sidney Pita	Secretario Permanente de Caia	845258229/871917081	sidneypita@yahoo.com.br
Luisa Titosse	Secretaria Permanente de Chemba	860532101/846705271	amossej@gmail.com
Afonso Micael	Secretario Permanente de Maringue	863363095/844549273	macaielenasone@gmail.com
Luís Manuel Chazoita	Secretario Permanente de Machanga	824287670/846934234	lmchazoita@gmail.com
Carlos da Barca	Secretario Permanente da Dondo	846151384/825871490	barcacarlos007@gmail.com
Tomas Araujo Cungunhe	Secretario Permanente de Chibabava	874052099	tomascungunhe@gmail.com

Lista de contactos Província de Manica			
Nome	Função	Contacto	Email
Edson Macuácuá	Secretário do Estado da Província de Manica		
Luís Moyana	Chefe do Gabinete do Secretario do Estado	863835005	
Borges Viagem	Delegado Provincial do INGD - Manica	847264340 864884049	viagem.borges@gmail.com
Administradores Distritais/Secretários Permanentes			
Joana Armando José Guinda	Administradora de Machaze	847779987/845135545	
Tomas Razão Miromo	Administrador de Sussundega	866074381/822397370	
Fernando Samuel	Administrador de Mossurize	861693997/825268727	
Daniel Marques Andissene	Administrador de Chimoio	868928521	
João Pedro Amade	Administrador de Vanduzi	865501075	
Mário Pita Doa	Administrador de Tambara	866148443/847613115	
António Dinis	Administrador de Macossa	843892566/864127821	
Rosa Cararaza	Administradora de Macate	875140476	
Etelvina Ambasse	Administradora de Gondola	863908444/847341539	
David Fraqui	Administrador de Barue	847580066/825205383	
Angelina Maria Nguiraze	Administradora de Guro	865876269/844213994	
Noe Lazaro Manzara Roque	Administrador de Manica	849500679/828753390/	
Cândido Pedro Jose	Secretário Permanente de Chimoio	823859720	
Caero Alberto Manona	Secretário Permanente de Vanduzi	866163495/825722875	
Cipriano Chingamuca	Secretário Permanente de Tambara	861011138/824345291	
Amélia Gonzanga	Secretária Permanente de Macate	825779270	
Quefasse Fombe cosse	S.Permanente Machaze	874072537/826271273	
David Martinho	Secretário Permanente de Sssundenga	866211950	
Zacarias jaoquim queixa	Secretário Permanente de Mossurize		
Olívia Alberto Semende	Secretário Permanente de Macossa	862157713/846166660	
Luís Nobre	Secretário Permanente Gondola	867341539/842443976	
Aufi Razaco	Secretário Permanente de Barue	843854198	
Felisberto Jose Amade	Secretário Permanente de Guro	825876269/845280633	
Teresa Samuel Cameia	Secretária Permanente de Manica	822667357	

Lista de contactos Província de Tete			
Nome	Função	Contacto	Email
Elisa Zacarias	Secretária do Estado da Província de Tete		
Loureço Mesa Buene	Director do Gabinete do Secretário de Estado	824550550/842826980	lbuene@yahoo.com.br
Teresa Jeque	Delegada Provincial do INGD - Tete	84 022 1593	tjeque5@gmail.com
Administradores distritais			
Raimundo Bruno	Administrador do Distrito de Angónia	840144333	
Carlos Gabriel Matimbe	Administrador do Distrito Cahora Bassa	876533648	
Ana M. Beressone Marcelino	Administradora do Distrito Changara	848148510/ 825994690	
Helena Zebedias M. Bene	Administradora do Distrito Chifunde	869995802/825885230/843085230	
Gonçalves João Gemusse	Administrador do Distrito Chiuta	840206791	
Henriques Alexandre Mandava	Administrador do Distrito Dôa	877564962	
Bruno Crescêncio Patreque	Administrador do Distrito Macanga	844059745/822274130/860465853	
Titos Vonduane Siteo	Administrador do Distrito Mágoè	843788062/82852890/865425739	
Claudio Hoda	Administrador do Distrito Marara	848562212	
Mendes Cardoso Cândido	Administrador do Distrito Marávia	824198840	
Eugenio Pedro Machanga	Administrador do Distrito Moatize	843795169/823176161	
Domingos Superior Macajo	Administrador do Distrito Mutarara	871139581	
Tiago José Maria Mandere	Administrador do Distrito Tete	846257394	
Marcos João Magagula	Administrador do Distrito Tsangano	870137035/824730400	
Lucas Atanásio Muidingue	Administrador do Distrito Zumbo	843012830/ 823890838	

Lista de contactos Província da Zambézia			
Nome	Função	Contacto	Email
Judith Leite Mussacula Faria	Secretaria do Estado da Província da Zambézia	846225626	jumussacula@gmail.com
Manuel Jaime Cosme	Director do Gabinete do Secretário de Estado	861257215	locasjosejackson@yahoo.co
Nelson Hortênsio Ludovico Jossamo	Delegado Provincial do INGD	843430654/828598252/850312919	nelsonludovico@yahoo.com.br
Administradores Distritais			
Joaquim Fernando Pahare	Administrador do Distrito de Mocuba	823898433	joaquimpahare@yahoo.com.br
Carlos Baptista Carneiro	Administrador do Distrito de Maganja da Costa	863215905	ccarneiro01@yahoo.com.br
Chabane Salimo A. Jalilo	Administrador do Distrito de Namarroi	848787353	chabanyjalilo@gmail.com
Honório Vaz	Administrador do Distrito de Ile	845884005	honoriovaz13@gmail.com
Moura Xavier	Administradora do Distrito de Namacurra	877119888	mouraxavier23@gmail.com
João Sebastião Nhambessa	Administrador do Distrito de Morrumbala	820332700	nhambessajoao@gmail.com
Vidal Samuel Bila	Administrador do Distrito de Chinde	828997650	vidalsamuelbila@yahoo.com.br
Maria C. Tomas M. Guitombe	Administradora do Distrito de Derre	828115482	carlotaguitombe@gmail.com
Adelina Media Tiroso	Administradora do Distrito de Nicoadala	860091077/843869640	tadelinamedia@gmail.com
Santiago dos Santos Meque	Administrador do Distrito de Milange	845205649	smarques008@gmail.com
Eduardo João Vida	Administrador do Distrito de Pebane	844117885	ejovida@gmail.com
Sertório Fernando	Administrador do Distrito de Mocubela	847040279	sertorio.fernando@yahoo.com
Elsa Maria F. Barca	Administradora do Distrito de Gurue	871823876	Elsa.barca1@gmail.com
Anita V. Gozaga Mesa	Administradora do Distrito de Alto Molocue	863829043	Anifameza77@gmail.com
Ester Antonio Malawiha	Administradora do Distrito de Molumbo	862225433/849617806	estermalawiha@gmail.com
Clarina R. Amado Mataia	Administradora do Distrito de Luabo	860477798/845519299	clarinaamado@gmail.com
Guilherimina L.F. Machica	Administradora do Distrito de Mulevala	874644410/844717000	guilheriminamachica@hotmail.c
Bernardo Cutane	Administrador do Distrito de Inhassunge	861234018/840271080	cutanebernardo@gmail.com
Simplício Andrade	Administrador do Distrito de Quelimane	868906546/848906546	simplicioda64@gmail.com
Judite Filipe Paulino	Administradora do Distrito de Lugela	874138774/844138774	filipejpaulino@gmail.com
Artur Muandula	Administrador do Distrito de Mopeia	845219050	arturmuadula@yahoo.com.br

Lista de contactos Província de Nampula			
Nome	Função	Contacto	Email
Mety Oreste Gondola	Secretário do Estado	843894657/870220011	
Tomé A. Tomé Shakushasha	Director do Gabinete	847598887/867598882	tomeshakushasha@gmail.com
Alberto Armando	Delegado Provincial do INGD	826525910/845809007/876525920	albearmando@gmail.com
Administradores Distritais			
Alfredo Artur Matata	Administrador de Lalaua	845341651	alfredo.matata@gmail.com
Abacar Chande	Administrador de Moma	849091960/864322680	
Rui Chong Saw	Administrador de Mossuril	842211310	
Iasalde das Neves A. Ussene	Administrador Ribaue	843280478/861358519	
Emanuel José Impissa	Administrador de Mogovolas	846947370/876947370	emanuelimpissa@yahoo.com.br
Salvador Talapa	Administrador de Rapale	847797081/868851520	salvadortalapa.1@gmail.com
Juma Assane	Administradora de Memba	844020624	
Orlando Pedro Muaevano	Administrador Mecuburi	840721069/872198690	
Rafael Tarcísio	Administrador de Nampula	825300625	
Manuel Salimo Amisse Manussa	Administrador de Erati	843014785/861278955	
Momade Ali	Administrador Ilha de Moç.	845642828	
Rosa Mario Jeronimo	Administradora de Nacaroa	846993126/866882501	rosamario32@gmail.com
Regina Paulino	Administradora de Murrupula	840654957	
Ruquia Saide	Administradora de Liupo	84j2870411	
Abdurremane F. Amade Selemana	Administrador de Nacala-a-Velha	842155733/862155733	
Valter Ramos M. Bonifacio	Administrador de Larde	820536070/846499976/866499977	
Cedinha C. V. Estêvão Mpila	Administradora de Muecate	874036170	
Melchoir Focas Situte	Administrador de Meconta	843608394	
Bernardo Alide	Administrador de Angoche	826835220/840578220	
Araujo Chale Momade	Administrador de Monapo	840572067	a.chale@hotmail.com
Morshido Daúdo Momade	Administradora de Malema	872611555/848297785	
Etelvina R. Joaquim Fevereiro	Administradora de Nacala-Porto	844305776/861515788	
Antonio Iovahale	Secretario Permanente de Mogincual	840210729/870210729	iovahale@gmail.com

Lista de contactos Província de Cabo Delgado			
Nome	Função	Contacto	Email
António Supeia	Secretário do Estado da Província de Cabo Delgado	828326960	
Tecla Sispá Momba	Directora Gabinete do Secretário de Estado Prov.	84 486 5590/86 939 9124	tsispa@yahoo.com.br
Elizete da Silva Manuel	Delegada Provincial do INGD - Cabo Delgado	874460200	elizetemanuel@gmail.com
Administradores Distritais			
Edson da Clara Vicente Lino	Administrador Balama	873005050/843005050	
Maria Felisbela Félix Lazaro	Administradora Namuno	823361026/843015034/866602417	
Sáide Aly Chamabene	Administrador Muidumbe	850354300	
Joaquina Nordine Adalberto	Administradora Pemba	823922817/872728422	
Bartolomeu A. Baptista Muibo	Administrador Quissanga	820368430/862321375	
Lúcia Geraldo Namashulua	Administradora Ancuabe	826869360	
Issa Tarmamade	Administradora do Ibo	827278260/847278261	
Dinis Issa Mitandi	Administrador Nangade	823723960/844910946/ 861046320	
Isaura Delmina da Conceição Zacarias Maquina	Administradora Montepuez	845023180/825023180	
António Valério Nandanga	Administrador Metuge	827592230/861387983	
Ambasse Bachir Anli	Administrador Mecúfi	82/84-9849763	
Assuede Saribuna Falume	Administrador Mocímboa da Praia	842940211	
Joao Abuchil	Administrador Palma	877656991	
Aina Nunes Alfredo Sualeia Combo Anza	Administradora Mueda		
Tomé Badae	Administrador Macomia		
Paulo Tiago Lilanda	Administrador Meluco	878971279	
Joao Castro Balão	Secretária Permanente Chiúre	861771983	

Lista de contactos Província do Niassa			
Nome	Função	Contacto	Email
Dinis Chambiuane Vilanculo	Secretario do Estado da Província do Niassa	870351100	vdinischambiuane@yahoo.com.br
Guido	Director de Gabinete Secretario de Estado	861662733	directoragse@gmail.com
Friday Taibo João	Delegado Provincial do INGD - Niassa	844854753	frapson.Friday@gmail.com
Administradores Distritais			
Isabel Fernando Mapapa Jamisse	Administradora do distrito de Marrupa	870598190	isabelmapapa@gmail.com
Dixon Chongo	Administrador de Lago	873125757	
José Achida Assane	Administrador Mecanheles	866553570	assaneachida@yahoo.com.br
João Júlio Manguinji	Administrador de Cuamba	865200582	manguinji@yahoo.com.br
Ibraimo Aruna Mahie	Administrador de Mandimba	866622252/845467072	
Ilda Manuel Macome	Administradora de Maua	866135180	filipa.macome@gmail.com
Júlio Guente	Secretario Permante Mecula	861348740	julioguente098@gmail.com
Celestino Alberto Uaite	Secretario Permanente Lichinga	866565598	ruaite71@gmail.com
Lurdes Edina Goy-Goy	Secretaria Permanente Sanga	849039554	lurdesgoygoy13@gmail.com

Lista de parceiros a nível Central			
Name	Sector	Contactos	Email
Sérgio Dinoi	Coordenação	868317569	
Flávio Monjane	Coordenação	861637899	flavio.monjane@un.org
Priscila Scalco	CCCM - Coordenação de Centros de Acomodação de Campo	873598351	pscalco@iom.int
Neide Carvalho	Child Protection - Proteção de Crianças		ndecarvalho@unicef.org
Munuela Muianga	Early Recovery - Reconstrução	823567880	manuela.muianga@undp.org
Pieter Potter	Education - Educação		papotter@unicef.org
Pablo Rodriguez	Food Security and livelihood - Segurança alimentar e Meios de Subsistência		pablo.rodriguez@wfp.org
Wilbert shihaji	Health - Saúde		shihajiw@who.int
Eunice Smith	logistics - Logística		eunice.smith@wfp.org
Fanceni Balde	Nutrition - Nutrição		fbalde@unicef.org
Hugo Reichenberger	Protection - Proteção		reichenb@unhcr.org
Sytske Classen	Shelter/NFI - Abrigo		sclaassen@iom.int
Jean chistophe Barbiche	WASH - Agua e Saneamento e Higiene		jbarbiche@unicef.org
Ruth Krcmarova	PSEA -		ruth.krcmarova@one.un.org

Glossário

Assistência humanitária – ajuda prestada às populações afectadas pelos desastres.

Avaliação de risco de desastre - uma abordagem qualitativa ou quantitativa para determinar a natureza e a extensão do risco de desastre, analisando os riscos potenciais e avaliando as condições existentes de exposição e vulnerabilidade que, em conjunto, podem prejudicar as pessoas, a propriedade, os serviços, os meios de subsistência e o ambiente de que dependem.

Calamidade pública - evento anormal provocado por uma catástrofe de grande dimensão, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial de capacidade de resposta do poder público.

Capacidade - combinação de todas as forças, atributos e recursos disponíveis dentro de uma organização, comunidade ou sociedade para gerir e reduzir o risco de desastres e reforçar a resiliência.

Catástrofe – desastre que, pela sua duração e impacto extraordinários, provoca perturbações na vida das pessoas, no tecido económico e social do país e graves danos ao meio ambiente.

Códigos de construção – conjunto de regulamentos e padrões destinados a regular aspectos de concepção de projectos, construção de infraestruturas para diversos fins e modificações de infraestruturas ou ocupação de solos, sem por em risco vidas humanas e o meio ambiente.

Desastre – grave perturbação do funcionamento normal de uma comunidade ou sociedade, causado por um fenómeno de origem natural, tecnológico, biológico, geológico ou da acção humana sobre o meio ambiente.

Emergência – ocorrência súbita ou progressiva de um desastre que afecta pessoas e bens, o meio ambiente e exige medidas urgentes e excepcionais para restabelecer a normalidade.

Epidemia - é a manifestação, em uma colectividade ou região, de um corpo de casos de alguma enfermidade, que excede o número de casos esperados

Eventos extremos - podem ser de origem hidrológicos, geológicos ou geofísicos, meteorológicos e climatológicos, que ocorrem de diversas formas como, enchentes, inundações bruscas, secas prolongadas, queimadas e incêndios florestais, ondas de calor, tufões e tornados.

Gestão de desastre - organização, planificação e gestão de recursos e responsabilidades para lidar com uma emergência.

Gestão do risco de desastres – conjunto de decisões e conhecimentos técnicos, administrativas e operacionais para reduzir os impactos das vulnerabilidade e exposição aos eventos extremos.

Infra-estruturas críticas – instalações, redes e outros activos que asseguram o funcionamento normal de serviços essenciais para uma comunidade ou sociedade.

Mitigação – medidas que visam minimizar o impacto dos eventos extremos sobre uma comunidade ou sociedade.

Mitigação dos efeitos da seca – conjunto de estratégias e medidas visando disponibilizar, racionalizar e utilizar recursos hídricos em ambientes com limitada precipitação ou disponibilidade de fontes de água.

Mudanças climáticas - variação de longo termo das condições meteorológicas médias, causadas pela natureza ou pela actividade humana.

Pandemia - ocorrência epidémica de uma doença transmissível, caracterizada por larga distribuição espacial, atingindo vários países e diversas regiões do planeta.

Perigo - processo, fenómeno ou actividade humana que pode causar perda de vidas, lesões ou outros impactos na saúde, danos à propriedade, interrupções sociais e económicas ou degradação ambiental.

Plano de resposta aos desastres – conjunto de instrumentos, estratégias e decisões operacionais padronizadas e harmonizadas para a gestão e resposta a um evento extremo.

Planos previsionais – estratégias previamente elaboradas para a prevenção, mitigação e gestão e resposta de um evento extremo irreversível.

Preparação - os conhecimentos e capacidades desenvolvidas, a todos os níveis, para gestão e resposta a um evento extremo.

Prevenção - conjunto de medidas padronizadas que visam proteger pessoas e bens em caso de ocorrência de um evento extremo.

Prontidão - é o estado de preparação técnica, material, financeira e humana para mitigar os efeitos dos desastres.

Reconstrução ou recuperação - acções de médio e longo para a restauração sustentável de infra-estruturas.

Redução do risco de desastres - marco conceitual de elementos (normas e procedimentos) que têm a função de minimizar a vulnerabilidade e limitar o impacto adverso de ameaças.

Resiliência - é a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a perigos, resistir, absorver, acomodar, adaptar, transformar e recuperar dos efeitos de um perigo de forma oportuna e eficiente.

Resposta - conjunto de medidas que visam salvar vidas, garantir saúde e segurança pública e satisfazer as necessidades básicas das pessoas afectadas antes, durante e após a ocorrência de um evento extremo.

Risco - probabilidade de consequências prejudiciais ou perdas resultantes de interações entre fenómenos de origem natural ou antrópicos e as condições de vulnerabilidade.

Risco de Desastre - potencial perda de vidas, lesões e destruição de bens que possam ocorrer numa comunidade ou sociedade por conta do impacto de um evento extremo.

Seca - redução substancial da disponibilidade de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos devido a escassez ou limitada de precipitação;

Seguro paramétrico - pagamento pré-determinado, para efeitos de compensação, visando a salvaguarda de um bem susceptível de ser afectado por evento extremo.

Sistema de aviso prévio - mecanismo integrado de monitoria, previsão de ameaças e disseminação de medidas preventivas contra eventos extremos.

Socorro - conjunto de medidas imediatas padronizadas para salvar vidas e prestar assistência as vítimas de um evento extremo.

Vulnerabilidade - condições determinadas por factores físicos, sociais, económicos e ambientais que aumentam a susceptibilidade das comunidades ao impacto dos perigos ou da ocorrência de desastres.

Zonas áridas e semiáridas - conjunto de formações naturais complexas e dispersas com escassez de humidade.

Acrónimos

ANPS - Avaliação de Necessidade Pós-calamidades
 ANE - Administração Nacional de Estradas
 ARA - Administrações Regionais de Águas
 CCGD - Conselho Coordenador de Gestão de Desastres
 CVM - Cruz Vermelha de Moçambique
 CLGRC - Comités Locais de Gestão do Risco de Desastres
 CTPGD - Conselho Técnico Provincial de Gestão de Desastres
 CTGD - Conselho Técnico de Gestão de Desastres
 CENOE - Centro Nacional Operativo de Emergência
 COEs - Centros Operativos de Emergência
 CA - Centro de Acomodação
 CEGC - Comités Escolares de Gestão de Calamidades
 DPEC - Direcção Provincial de Educação e Cultura
 DAG - Desnutrição Aguda Grave
 DAM - Desnutrição Aguda Moderada

DNGRH - Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos
 DNSA - Direcção Nacional dos Serviços Agrários
 DPGCAS - Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social

DRN - Direcção Regional Norte

DRC - Direcção Regional Centro

DRS - Direcção Regional Sul

ENSO - El Niño Oscilação Sul

FADM - Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FAO - Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FNUAP - Fundo das Nações Unidas para a População

FORCOM - Fórum das Rádios Comunitárias

GABINFO - Gabinete de Informação

DICORD - Divisão de Coordenação do Reassentamento

GRD - Gestão do Risco de Desastres

HCB - Hidroeléctrica de Cahora Bassa

HCT - Equipa Humanitária Nacional

HCTWG - Grupo de Trabalho da Equipa Humanitária Nacional

INAM - Instituto Nacional de Meteorologia

ICS - Instituto de Comunicação Social

INGD - Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres

JFM - Janeiro-Fevereiro-Março

MIC - Ministério da Indústria e Comércio

MTC - Ministério dos Transportes e Comunicações

MOPHRH - Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

MTA - Ministério da Terra e Ambiente

MADER - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MISAU - Ministério da Saúde

MINEDH - Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano

MINT - Ministério do Interior

MDN - Ministério da Defesa Nacional

MGCAS - Ministério do Género, Criança e Acção Social

OFDA - Gabinete para Assistência de Desastres no Exterior dos EUA

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OND - Outubro-Novembro-Dezembro

OMS - Organização Mundial da Saúde

PRM - Polícia da República de Moçambique

PQG - Programa Quinquenal do Governo

PC - Plano de Contingência

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PMA - Programa Mundial de Alimentação

SARCOF - Fórum Regional da África Austral para a Previsão Climática

SAC - Sistema de Aviso de Cheias

SSTs - Temperaturas da Superfície do Mar (sigla em inglesa)

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SETSAN - Secretariado Técnico de Segurança Alimentar

SDSMAS - Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social

SMS - Serviço de Mensagens Curtas

UNAPROC - Unidade Nacional de Protecção Civil

UNHABITAT - Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

VBG - Violência Baseada no Género

ZCIT - Zona de Convergência Intertropical